



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

JÚLIO CÉSAR LIMA

SEGURANÇA PÚBLICA E EDUCAÇÃO
UMA BREVE ANÁLISE DA RONDA ESCOLAR EM DELMIRO GOUVEIA/AL.

Delmiro Gouveia/AL

2019

JÚLIO CÉSAR LIMA

SEGURANÇA PÚBLICA E EDUCAÇÃO

UMA BREVE ANÁLISE DA RONDA ESCOLAR EM DELMIRO GOUVEIA/AL.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas/Campus Sertão.

Orientador: Prof. Me. Marcos Paulo de Oliveira Sobral

Delmiro Gouveia/AL

2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza – CRB-4/2209

C837s Lima, Júlio César

Segurança pública e educação: uma breve análise da ronda escolar em Delmiro Gouveia - AL / Júlio César Lima. – 2019.
50 f. : il.

Orientação: Prof. Me. Marcos Paulo de Oliveira Sobral.
Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas.
Curso de Pedagogia. Delmiro Gouveia, 2019.

1. Educação. 2. Segurança pública. 3. Ronda escolar. 4. Política pública. 5. Guarda Civil Municipal. 6. Delmiro Gouveia – Alagoas.
I. Título.

CDU: 37:351.78

Folha de Aprovação

JÚLIO CÉSAR LIMA

SEGURANÇA PÚBLICA E EDUCAÇÃO

Uma breve análise da Ronda Escolar em Delmiro Gouveia/AL.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido a banca examinadora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas – Campus Sertão e aprovado em 17 de abril de 2019.

Orientador: Prof. Me. Marcos Paulo de Oliveira Sobral



Professor Mestre Marcos Paulo de Oliveira Sobral
UFAL (orientador)

Banca Examinadora:



Profa. Me Geisa Carla Gonçalves Ferreira
Universidade Federal de Alagoas
Campus Delmiro Gouveia
Examinador



Profa. Me Giseliene Medeiros Almeida
Universidade Federal de Alagoas
Campus Delmiro Gouveia
Examinador

Dedico este estudo a minha mãe que sempre foi a propulsora de toda minha formação, e ao meu filho Júlio César Lima Filho (em memória) sua vinda a este mundo me trouxe uma experiência única por desde sempre ter sido meu maior incentivo de vida.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos...

A DEUS, em primeiro lugar. Que é meu mantenedor, meu salvador, minha inspiração divina.

A Clécia Juliana de Jesus Xavier, minha digníssima esposa que a conheci no terceiro período de curso, inicialmente minha colega de sala, quando na ocasião eu passava por momentos difíceis, ela foi minha força para não desistir da graduação e esse cuidado acabou se tornando em um sentimento do qual nunca havia sentido antes. Hoje ela continua sendo minha fortaleza para sempre ir em busca dos meus sonhos e objetivos.

A professora Maria Aparecida (Ufal), pelo seu olhar sensível e humano, no primeiro período de graduação quando eu passava por problemas pessoais e ela foi imprescindível.

Ao meu orientador Professor Marcos Paulo Sobral, pelo apoio, paciência, e por todas as aulas inesquecíveis que para mim ultrapassaram os limites da sala de aula, sempre foi mais que um professor, é um exemplo de ser humano.

A minha examinadora Giseli Almeida, é um privilégio tê-la em minha banca, pois já fomos colegas de sala no 1º e 2º período de pedagogia.

A professora Geisa Ferreira, meus sinceros agradecimentos.

Aos professores e Guardas Municipais que fizeram parte da pesquisa.

A todos que cruzaram a minha vida e que de forma direta ou indireta fizeram parte das minhas escolhas, experiências que contribuíram para a formação do homem que tenho me tornado.

“Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”

Paulo Freire

RESUMO

Tendo em vista os altos índices de violência no Brasil, situação que se reproduz no ambiente escolar resultado das experiências e processos de socialização no qual a comunidade escolar se encontra inserida. Pensando nessa realidade, e partindo do pressuposto de que é necessário o diálogo, no âmbito das ações intersetoriais, entre a Segurança Pública e Educação, o presente trabalho realiza uma análise da política de implantação do projeto “Ronda Escolar”: ação e prevenção no combate à violência nas escolas”, desenvolvido por agentes da Guarda Civil Municipal de Delmiro Gouveia, Alagoas, cuja atuação é realizada constantemente por planejamentos de escalas em todas as escolas municipais da zona rural e urbana dessa cidade, com a finalidade de reduzir os índices de criminalidade. Trata-se de uma pesquisa exploratória com levantamento bibliográfico e pesquisa de campo realizada com cinco (05) agentes da guarda civil e cinco (05) professores com o intuito de coletar dados acerca do planejamento e execução do projeto Ronda Escolar, onde analisamos a percepção dos docentes perante a atuação dos GM e da segurança no ambiente escolar a partir de um questionário (APÊNDICE I) que indagava-os sobre quais as principais mudanças vistas com o Ronda Escolar, sobre a satisfação dos entrevistados com o programa, sobre os principais problemas ainda vistos nas escolas, dentre outras. O foco principal do programa Ronda Escolar é implementar ações preventivas nas instituições de ensino, visando a redução e controle da violência e drogas. A RE se faz presente também o intuito de proteger os jovens que se encontram dentro da escola de qualquer tipo de atitudes que violem seus direitos. Para orientar a produção científica desse trabalho de conclusão de curso apoiamos-nos em produções de Abramovay (2015), Barboza (2013), Carvalho (2016), Oliveira (2008) e Rateke (2016). Os resultados da pesquisa revelaram que baseado nas perguntas respondidas pelos instrutores e agentes da guarda municipal, nessa pesquisa realizada em Delmiro Gouveia/AL, os entrevistados consideraram que o programa melhorou muito o comportamento dos alunos com 25%, seguido de 21% ter diminuído as ocorrências relacionadas ao consumo de drogas quando foram questionados sobre as mudanças vistas com a Ronda Escolar nas instituições de ensino de Delmiro Gouveia. Ademais, sobre a satisfação da atuação da RE nas escolas, obteve-se 70% de, sim, estarem satisfeitos. Contudo, houve um percentual considerável de 50% sobre os principais problemas visualizados pelos professores e agentes ainda não resolvidos serem os furtos e as brigas. Os instrutores, também, sugeriram que além da atividade da Ronda, poderiam envolver outros temas, tais quais: Projetos de Meio Ambiente, junto com a secretaria do meio ambiente; atividades abrangendo esportes e promoção de saúde.

Palavras-chave: Educação; Segurança Pública; Ronda Escolar.

ABSTRACT

Considering the high levels of violence in Brazil, this situation is reproduced in the school environment resulting from the experiences and processes of socialization in which the school community is inserted. Considering this reality, and assuming that it is necessary the dialogue, within the scope of intersectoral actions, between Public Security and Education, the present work carries out an analysis of the policy of implementation of the project "School Round": action and prevention in combat to violence in schools, "developed by agents of the Municipal Civil Guard of Delmiro Gouveia, Alagoas, whose performance is constantly carried out by planning scales in all municipal schools in the rural and urban area of that city, with the purpose of reducing crime rates . This is an exploratory research with a bibliographical survey and field research carried out with five (05) civil guard agents and five (05) teachers with the intention of collecting data about the planning and execution of the Ronda Escolar project, where we analyze the perception of the GM teachers and safety in the school environment from a questionnaire (APPENDIX I) that asked them about the main changes seen with the School Round, about the satisfaction of the interviewees with the program, about the main problems still seen in schools, among others. The main focus of the School Round program is to implement preventive actions in educational institutions, aiming at reducing and controlling violence and drugs. The RE is also present in order to protect children who are inside the school from any kind of attitudes that violate their rights. To guide the scientific production of this work of conclusion of course we support ourselves in productions of Abramovay (2015), Barboza (2013), Carvalho (2016), Oliveira (2008) and Rateke (2016). The results of the survey revealed that, based on the questions answered by instructors and municipal guard agents, in this survey conducted in Delmiro Gouveia / AL, respondents considered that the program greatly improved student behavior with 25%, followed by 21% occurrences related to drug use when questioned about the changes seen with the School Round in Delmiro Gouveia's educational institutions. In addition, on the satisfaction of the performance of the RE in schools, 70% were satisfied, yes, they were satisfied. However, there was a considerable 50% percentage of the main problems seen by teachers and agents still unresolved being thefts and fights. The instructors also suggested that in addition to Ronda's activities, they could involve other themes, such as: Environment Projects, together with the environment secretary; activities covering sports and health promotion.

Key words: Education; Public security; School Round.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico I: Mudanças vistas com o Proerd.....	16
Tabela I: Satisfação sobre a atuação da RE em escolas de Delmiro Gouveia/AL, 2018.....	17
Tabela II: Principais problemas de segurança na escola não resolvidos pela patrulha.....	18

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
D.A.R.E	<i>Drug Abuse Resistance Education</i>
EaD	Educação à Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GM	Guarda Municipal
INDEB	Instituto de Divulgação Educacional Brasileiro
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PM	Polícia Militar
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com cidadania
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 OBJETIVO GERAL	11
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
1.3 JUSTIFICATIVA	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 DO PROERD A RONDA ESCOLAR: HISTÓRIA E REFLEXÃO ACERCA DA IMPLANTAÇÃO DESSES PROJETOS QUE PROMOVEM A CULTURA DE PAZ ..	14
2.2 SEGURANÇA PÚBLICA E EDUCAÇÃO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL PARA ALÉM DA LEGISLAÇÃO	19
2.3 IMPLEMENTAÇÃO DA RONDA ESCOLAR EM ALAGOAS E SUA FUNÇÃO SOCIAL	26
2.4 O AGENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA COMO EDUCADOR	29
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47
APÊNDICE I	50

1. INTRODUÇÃO

A constitucionalidade do direito à educação e à segurança pública assegura a todos os brasileiros o acesso e permanência nas instituições de ensino com a finalidade do amplo desenvolvimento do cidadão, garantindo-lhe a proteção à sua integridade física e psicológica também nas escolas.

Tendo em vista os altos índices de violência no Brasil, os direitos acima mencionados, em muitos lugares do país, estão comprometidos. Ataques e ameaças fazem parte do dia a dia dos espaços onde deveriam acontecer somente práticas voltadas para o desenvolvimento humano, social, educacional e profissional dos envolvidos.

Uma realidade existente em muitas escolas, uma vez que, segundo uma pesquisa realizada pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), em 2016, 42% dos alunos das escolas públicas brasileiras já sofreram algum tipo de violência no espaço escolar (MEC. 2015). Caso recente evidenciado em Suzano, São Paulo, partindo de um planejamento meticuloso de dois jovens que foram em sua escola e mataram oito alunos e depois se suicidaram. Tenta-se encontrar as causas e efeitos dessa tragédia e o anseio de “encontrar culpados”. Teria sido o videogame violento? O bullying foi fator primordial? Foi a soma de todos eles? Havia problemas psicológicos? Há uma urgência de resignificação do que tem sido desenvolvido nesses lugares como alternativa para combater atos violentos, ou seja, por mais que tenha sido feito, a situação ainda é gritante, há a necessidade de pensar ações preventivas, como, também, refletir sobre sua eficiência.

Dessa forma, como autor desta pesquisa e funcionário da segurança pública, iniciei o projeto Ronda Escolar na cidade de Delmiro, Alagoas, partindo do pressuposto de que é necessário o diálogo, no âmbito das ações, entre a Segurança Pública e Educação. O presente trabalho realiza uma análise da política de implantação do projeto “Ronda Escolar”: ação e prevenção no combate à violência nas escolas”, desenvolvido por agentes da Guarda Civil Municipal de Delmiro Gouveia, Alagoas, cuja atuação é realizada constantemente por planejamentos de escalas em todas as escolas municipais da zona rural e urbana dessa cidade, com a finalidade de reduzir os índices de criminalidade.

O policiamento comunitário pode ser compreendido enquanto estratégia organizacional voltada a uma instituição de uma nova parceria entre a polícia e a sociedade, constituída no princípio de que tanto a polícia quanto a população devem colaborar juntas para identificar, privilegiar e solucionar problemas contemporâneos tais como crime, medo do crime, drogas, desordens físicas e morais, e em geral a decadência de uma certa região ou bairro, a fim de melhorar a qualidade geral da vida na área (TROJAN; BUCQUEROUX, 1994).

Trata-se de uma pesquisa exploratória com: a) levantamento bibliográfico e documental para fundamentar a pesquisa e guiar no momento de analisar os dados obtidos com respaldo na Constituição Federal e Estadual de Alagoas de 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996; Lei Federal nº 8.069 de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei Federal nº 13.022; nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e nas ideias da política de implantação do Ronda Escolar; e nas ideias de alguns autores que trataram sobre o tema; b) pesquisa de campo na instituição da Guarda Municipal (GM) de Delmiro Gouveia: com o intuito de coletar dados acerca do planejamento e execução do projeto Ronda Escolar, a instituição foi visitada para que pudesse ser feita uma entrevista com cinco (05) agentes da GM que já atuaram no projeto e para a aplicação de questionários a respeito de seus posicionamentos, das suas avaliações e de como vêm sendo desenvolvidas as atividades do Ronda Escolar.

Além disso, algumas escolas municipais onde o projeto é desenvolvido também foram campo de pesquisa, em que na oportunidade, cinco (05) professores foram entrevistados e responderam ao questionário aplicado (ANEXO I), o qual tratou do olhar dos docentes perante a atuação dos GM e da segurança no ambiente escolar; e, por último, c) as análises dos dados. Para isso, foi necessário tabular as informações coletadas no questionário para, a partir do referencial teórico anteriormente exposto, apresentarmos uma indicação de elementos que sugerissem uma realidade das ações do projeto Ronda, a fim de intensificar e desenvolver o aperfeiçoamento de prevenir e combater a violência escolar.

Vale destacar a relevância desta pesquisa, dando visibilidade às práticas cuja característica principal é a prevenção por meio de atividades educativas propostas e desenvolvidas pelos agentes da guarda civil. Pensando nisso, o objetivo da pesquisa reflete no papel pedagógico da Ronda Escolar, assim como os posicionamentos das

aspirações e da atuação de alguns guardas municipais envolvidos e de professores de algumas escolas onde o projeto é desenvolvido.

1.1 - OBJETIVO GERAL:

- Analisar a política de implantação da Ronda Escolar da Guarda Municipal e sua relação com as escolas públicas do município de Delmiro Gouveia-AL.

1.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Compreender de onde e como surgiu a Ronda Escolar no município de Delmiro Gouveia, a partir da apresentação da história, dos métodos e dos objetivos da Ronda Escolar;
- Identificar a relação entre Segurança Pública e Educação, bem como possíveis práticas consideradas indissociáveis a esse entrelaçamento;
- Refletir sobre propostas de atuação da Ronda Escolar tentando compreendê-las a partir dos “olhares” de alguns professores e guardas municipais envolvidos no projeto.

1.3 – JUSTIFICATIVA

Segundo Oliveira (2008), dentre os principais impasses à execução e eficiência as políticas públicas voltadas à redução da violência nas escolas; a falta de articulação entre as diversas instâncias da administração pública; a falta de continuidade das políticas governamentais; carência de mão de obra especializada; o despreparo dos docentes na lida com jovens e suas questões, a exemplo, dos preconceitos e entendimentos distorcidos da legislação (no caso, o Estatuto da Criança e do Adolescente); a tímida participação social na formulação das políticas; carência de diagnósticos confiáveis; ausência de avaliações sistêmicas consistentes das iniciativas públicas; o baixo envolvimento dos profissionais da educação; a questão da violência nas escolas tratada apenas como caso para a polícia resolver; as representações sociais dos jovens e da delinquência reforçando os estigmas raciais, econômicos e culturais sobre as camadas populares; o agravamento das condições de desigualdade social e falta de perspectivas para os jovens; os questionamentos

em torno do lugar social da escola na sociedade contemporânea; e o tratamento dado pela mídia ao tema da violência nas escolas reforçando o estigma da violência relacionando-a apenas às camadas populares.

O projeto foi iniciado por mim e por colegas integrantes da segurança pública, interessados em realizar um trabalho educativo em fevereiro de 2014 começando pelas escolas na zona rural e se estendendo, posteriormente, em diversas escolas na cidade de Delmiro Gouveia. Seu funcionamento se dá de maneira ostensiva de 20 a 30 minutos todos os dias em todas as escolas do município na zona urbana, totalizando em cinco escolas. Já o trabalho educativo e preventivo dentro das escolas se dá de maneira agendada entre a equipe da Ronda Escolar e os gestores e diretores das instituições de ensino.

Na busca dos esclarecimentos sobre como a atividade de policiamento nas escolas é realizada na cidade de Delmiro Gouveia/AL, segue-se a caracterização acerca dos modelos de policiamento comunitário, no qual se pode incluir a atuação da Operação Ronda Escolar. Além disso, este trabalho articula um diálogo entre Segurança Pública e Educação a partir do caráter constitucional desses direitos, os quais estão assegurados no Art. 6º, Capítulo II, no que concerne aos Direitos Sociais.

Pensando na parceria de ambos, assim como a partir da Lei Federal nº 13.022/2014, que fomenta a atuação de guardas na segurança escolar, coube investigar como ocorreu o processo de implantação da Ronda Escolar municipal na cidade de Delmiro Gouveia/AL através do projeto já mencionado. Conseqüentemente, tal questionamento desdobrou-se em: buscar compreender quais os objetivos e propostas da Ronda escolar? Como os documentos da Guarda Municipal expressam a relação existente entre segurança e educação? Qual a relação pedagógica desse projeto com a educação? Como os professores têm recebido esse trabalho?

Essas indagações conduziram a pesquisa de modo que permitiram um olhar crítico dos resultados da atuação da Guarda Civil Municipal, a partir do projeto “Ronda escolar: ação e prevenção no combate à violência nas escolas”, visando compreender os princípios dos envolvidos.

Constatou-se a implantação do Programa Ronda Escolar, desenvolvido pela Polícia Militar em outros Estados brasileiros. Sendo assim, considera-se a análise desse projeto uma das molas propulsoras para o desenvolvimento desta pesquisa,

justamente, pelo caráter pioneiro entre trabalhos aqui no Brasil que se enquadram nessa perspectiva. Vale salientar sua importância quanto ao serviço público prestado à sociedade, que carece de respostas efetivas das Leis, objetivando maior qualidade de vida.

Importa frisar que a proposta dessa pesquisa mostra-se bastante relevante, tendo em vista que trata de uma temática atual e que causa insegurança nas partes envolvidas em virtude dos seus acontecimentos: a atuação dos agentes de segurança pública nas escolas. Esse é um tema polêmico, cercado por dúvidas e receios a respeito da real necessidade das intervenções policiais nas instituições de ensino com vistas à prevenção e contenção da violência, bem como das reais intenções da instituição de segurança ao aproximar-se do ambiente escolar.

Compreende-se que a educação não se faz somente nas escolas, outros espaços podem ser utilizados como local de aprendizagem, dependendo do grau de intencionalidade, sendo o conceito de educação não-formal importante na construção desse trabalho por indicar a modalidade de educação que envolve todo o ambiente e as relações socioculturais e políticas que impregnam a vida individual e dos grupos sociais, também por possuir intencionalidade, porém com baixo grau de estruturação e sistematização.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A violência no meio escolar se torna uma questão de agenda pública. A proteção da comunidade escolar representa uma forma de consolidação da democracia, isso porque os fatos ocorridos desses fenômenos no âmbito escolar têm fortalecido o estigma e a exclusão social de vários jovens, sobretudo os de classe média e baixa. Debate-se, portanto, a garantia à interação social, à informação e conhecimento, à competência transformadora da escola e do pleno exercício da cidadania.

2.1 – Do Proerd a Ronda Escolar da Guarda Municipal de Delmiro Gouveia/AL: História e Reflexão acerca da implantação desses projetos que promovem a cultura de paz.

Segundo Charlot (2002), o termo “violência da escola” está ligado à violência institucional praticada pela instituição escolar através de posturas não dialógicas, totalizantes e excludentes, contra seus membros e/ou aqueles que desejam ter acesso a ela, mas não conseguem. Tal percepção já provoca uma ruptura com a visão idealizada da escola como a instituição que apenas sofre com as violências e passa a percebê-la também como produtora de tais atos.

Contudo, apesar de todas essas ocorrências contrárias ao idealizado para a escola, a violência no ambiente escolar é uma realidade. E nesse sentido, não se fala de violência como algo único, mas de ocorrências variadas e complexas, que se desencadeiam pela confluência de fatores diversos que encontram campo fértil no ambiente vivenciado na escola e no âmago de cada sujeito, que se permite praticar um ato destrutivo contra si próprio e/ou contra outras pessoas.

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) tem como fundamento o programa D.A.R.E (*Drug Abuse Resistance Education*), sua criação aconteceu em conjunto com o Departamento de Polícia da cidade de Los Angeles, EUA, em 1989 através da professora americana Ruth Rich. Trata-se de um programa de caráter preventivo e social, presentes em todos os estados do Brasil por agentes da guarda civil devidamente selecionados e capacitados (SHAMBLEN et al., 2014).

O programa é desenvolvido nas escolas, em sala de aula, durante um certo período, em redes de ensino público e privado para os alunos do fundamental e médio. Seu propósito consiste em transmitir uma mensagem, a partir de educação lúdica, a práticas de valorização à vida e a importância de manter-se longe das drogas e violência a favor da paz social (BARBOZA; ALEXANDRE, 2013).

Em 1992 através da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro foi implementado o projeto, sendo que a partir de 2002 o programa já havia se disseminado por todos os outros estados brasileiros. A nível nacional, foi regulamentado no Conselho Nacional de Comandantes Gerais da Polícia Militar e dos Corpos de Bombeiros Militares, constituindo-se em uma das Câmaras Técnicas, a qual consiste em uma comissão de profissionais selecionados para tratar de interesses administrativos e operacionais relacionados a assuntos estratégicos, ações integradas e desenvolvimento técnico-operacional (PROERD, 2014).

Seu objetivo geral é de envolver a polícia ou agentes da segurança pública, a família e a comunidade na problemática das drogas e da violência; fomentar uma ação pedagógica de prevenção ao uso ilegal de droga e a prática da violência nas escolas e desenvolver o espírito de cidadania, de solidariedade e de comunidade na escola.

Dessa forma, abrange, também, a sensibilização dos pais e dos educadores para almejar o trabalho de prevenção ao uso indevido de drogas e à prática da violência, fortalecer a autoestima das crianças e dos adolescentes, promover o desenvolvimento de valores e princípios positivos, sensibilizar as crianças e adolescentes para que reconheçam e resistam às pressões diretas ou indiretas que poderão influenciá-los a experimentar drogas ou mesmo a agirem com violência.

O PROERD é um dos poucos programas que visa auxiliar as escolas no trabalho e prevenção às drogas e à violência, esclarecendo que o programa não trabalha sozinho, o que acontece na realidade é uma parceria entre a escola, agentes da guarda civil e a sociedade em busca de soluções no enfrentamento ao problema social mencionado e ao desenvolvimento da cultura de paz.

A participação dos professores em sala de aula é de suma importância no êxito do programa, haja vista que os professores têm um conhecimento da realidade de cada aluno, enquanto instrutor PROERD, se faz presente nas escolas compartilhando experiências que edificam os momentos com os profissionais e os alunos.

A violência e as drogas são problemas que assolam a população em geral, é inegável que os órgãos de segurança pública têm realmente um conhecimento maior sobre o assunto, pois vivenciam todos os dias os problemas causados por esse mal nas escolas e em outros ambientes. Dessa forma, tornou-se relevante a união dos profissionais da segurança pública e aos educadores tratarem desse assunto com as crianças e adolescentes.

Daí a importância do programa e da presença do policial ou guarda instrutor nas escolas. O programa tem como proposta trabalhar maneiras de prevenção contra as drogas não só com os alunos, mas também com os pais, professores, diretores, e todos que possam enfrentar o problema em seu dia a dia. Todos estão sujeitos a enfrentar problemas com relação ao consumo de drogas. O PROERD quebra uma espécie de barreiras que ainda existem, pois a polícia que é considerada um órgão ostensivo e repressivo, pra “pagar pelos atos errados”, passa a fazer parte diretamente da educação nas escolas. O programa em si é como um complemento para as aulas.

O planejamento do PROERD para atender ao público assistido, divide-se em: a) o programa para educação infantil destinadas para crianças de 4 e 5 anos, com tempo de 20 a 30 minutos e duas lições/encontros. Já para as crianças de 6 a 8 anos os encontros são por volta de quatro lições/encontros com duração de 45 minutos de aula; b) para as crianças do ensino fundamental o currículo do programa é considerado a base do projeto composto de dez lições/encontros direcionados aos jovens de 15 a 17 anos e as aulas duram por volta de 45 a 60 minutos. São empregados vídeos, banners de apoio às aulas para proporcionar uma orientação preventiva sobre drogas; c) além desses, existe o cronograma do programa direcionado aos pais e à comunidade composto, geralmente, por cinco lições/encontros com duração de 02 horas de aula. Nessas palestras os pais são guiados quanto à educação de seus filhos no cuidado quanto ao uso de drogas ilícitas, como perceber se eles estão se envolvendo com drogas (BATISTA, 2009).

Os materiais educativos utilizados no programa são elaborados a partir de fundamentos científicos e representam a combinação de profissionais especialistas de diversas áreas, conforme Cartilha que norteia a aplicação do programa. Os manuais, livros, guias e outros produtos utilizados nas escolas não podem sofrer

alterações sem o consentimento prévio do *Drug Abuse Resistance Education* (DARE) da América, organização detentora dos direitos autorais.

Conforme a cartilha, os materiais didático-pedagógicos vistos como importantes à realização do programa como os manuais, os vídeos-demonstração, os cartazes para a educação infantil, os banners ou bandeiras de apoio às aulas, os certificados, os livros dos estudantes, os DVDs institucionais e CDs com canções do Programa (ORZIL, 2010).

Já a Ronda Escolar é um policiamento dentro da Polícia Militar, que tem como finalidade executar de forma qualificada e técnica o policiamento escolar com princípios de uma polícia comunitária e cidadã, visando uma política de proximidade com as crianças e todos os envolvidos, com embasamento, também, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e toda e qualquer lei de proteção aos jovens.

No tocante a Operação Ronda Escolar, verificam-se, atualmente, outros tantos motivos que anseiam capacitação e qualificação do recurso humano disponível nesta especializada. É notório que ao longo de anos, mais especificamente desde a criação da Ronda Escolar os cursos que abrangem esta modalidade de policiamento são ofertados, conforme os objetivos propostos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP [...] no caso do Curso de Policiamento Comunitário Escolar, embora sendo o único referencial ofertado, seu conteúdo programático oscila muito em relação a nossa realidade de policiamento, o que fez nutrir o desafio de construir uma estratégia de capacitação para difundir no âmbito da corporação uma doutrina de polícia de proximidade, inovando as práticas da organização e contribuindo para a capacitação, qualificação e formação dos operadores de segurança pública pelo viés de Polícia Comunitária. A ausência dessa doutrina corroborou para que o efetivo empregado na Ronda Escolar viesse atuando em desacordo as diversas modalidades de policiamento. Este largo lapso temporal de falta de capacitação e qualificação, — quase 16 anos —, em conjunto com a renovação do efetivo, após anos de valorosos serviços dedicados à Corporação, coadunaram com a formação de um novo quadro no tocante ao recurso humano desta Operação. Hoje, temos um efetivo flutuante, em sua maioria neófito, oriundos de diversas unidades distintas, que não tiveram em seu processo de formação a doutrina específica do policiamento comunitário escolar. Dessa forma, esta falta de doutrina atinente a nossa realidade, causou uma mescla de procedimentos na modalidade de policiamento, prejudicando a eficiência e eficácia no cumprimento dos objetivos das mais variadas missões (PARAÍSO; SANTO, 2015, p 2).

O foco principal do programa Ronda Escolar (RE) é implementar ações preventivas nas instituições de ensino, visando a redução e controle da violência e drogas. A RE se faz presente também o intuito de proteger os jovens que se encontram dentro da escola de qualquer tipo de atitudes que violem seus direitos.

Segundo Murad (1994) diz que antes de educar nossos filhos, temos que educar nossos mestres. Ou seja, é necessário que os professores tenham uma postura diferenciada em ambiente escolar, atuando como exemplos para os alunos. Policiando-se diante de vícios e de terem a consciência que estão sendo exemplos para as crianças e adolescentes ali presentes.

A prevenção quanto ao uso de drogas deve estar baseada em bom senso e informação. É nisso que se fixa os programas de educação preventiva, focando nos males que a droga causa e propondo inúmeras maneiras de lidar e recusar as propostas que acercam o consumo de drogas. Ademais, o programa compreende que o ambiente escolar é o melhor lugar para trabalhar a prevenção, pois é o espaço de circulação de várias gerações e de educação das crianças e jovens principalmente. É, também, o espaço onde se pode romper a cadeia vital dos adolescentes que começam usando drogas, não raro, passam a roubar e usar da violência para conseguir o que querem. Então, quando a Polícia se propõe a entrar no ambiente escolar através do Ronda Escolar a fim de trabalhar preventivamente contra as drogas, ela também pensa em diminuir os índices de criminalidade infantil e a violência em geral (RATEKE, 2016).

Dentre as dificuldades para as melhorias do serviço da Ronda Escolar observa-se a falta de conscientização da sociedade acerca da atividade policial e as resistências dela proveniente, a partir das distorções ao considerar a presença do policiamento enquanto uma intervenção. Contudo, devido à violência em meio escolar o policiamento se faz necessário, favorecendo a quebra de paradigma e minorando os possíveis desconfortos (CARVALHO, 2016).

Neste ponto é possível observar que o enfoque do curso proposto pela Ronda Escolar é totalmente diferente do curso do PROERD e também se diferencia da formação realizada. Se no primeiro, o policial é formado para ministrar aula de prevenção à violência e ao uso de drogas. No segundo a formação do policial visava o conhecimento desses a respeito das configurações da escola com o intuito de protegê-la. Já nessa proposta temos um objetivo mais condizente com a doutrina do policiamento comunitário, tendo como foco a qualificação do policial para o estabelecimento de parcerias para a resolução dos problemas da comunidade escolar.

Sendo assim, não basta que os agentes de segurança pública sejam formados, apenas por pessoas do mesmo órgão como é o caso dos cursos atrelados as unidades de análise estabelecidas nessa pesquisa - com o intuito de ensinar-lhes a propor parcerias e a conhecer as funções legais previstas para os órgãos que compõem a rede de proteção. É preciso incluir essas instituições no próprio processo de formação do integrante do programa. Porque ninguém melhor que uma assistente social que trabalha no CRAS para dizer o que pode ser realizado pelo centro de assistência no enfrentamento da violência escolar. Ninguém melhor do que eles para apresentar o que já desenvolvem e, também dizer como os agentes de segurança pública pode colaborar com o seu trabalho.

E acima de tudo, ninguém melhor do que a escola para dizer qual a sua necessidade ao solicitar a presença dos agentes e ao propor ou aceitar uma parceria com a Instituição. Sendo assim, se configura como essencial para a formação de um agente, que visa o desenvolvimento deste trabalho em rede, nas escolas, a participação desses profissionais no processo de formação.

2.2 - Segurança pública e educação: uma relação possível para além da legislação.

Em concordância com Carvalho (2016), a Constituição Federal de 1988 institucionalizou o Estado Democrático de Direito no Brasil, impondo um novo arcabouço organizacional e administrativo para os órgãos incumbidos da segurança pública, privilegiando as liberdades como a regra, logo, ensejando que as políticas públicas e a instrumentalização da polícia pelo estado, estejam a serviço da comunidade, na estreita observância dos direitos individuais e coletivos e assegurando a paz social, não requerendo uma polícia exclusivamente de controle, mas predominantemente, uma polícia cidadã, uma polícia comunitária.

Tratando-se de Direito Constitucional, a cidadania é definida em termos estritamente normativos, integrando-se à nacionalidade, sendo que a norma constitucional é que define quem é o cidadão. Conforme Andrade (1993), a cidadania é um vínculo jurídico que une o cidadão ao Estado, delimitando suas ações com conjuntos de direitos (políticos) e obrigações perante o Estado.

A cidadania e os direitos da cidadania, direitos específicos, dizem respeito a uma determinada ordem jurídico-política de um país, no qual a Constituição define quem é cidadão, que direitos e deveres ele terá em função de uma série de fatores (Benevides, 2011).

Diante do exposto, podemos entender porque os direitos do homem cidadão diz respeito à dignidade da natureza humana. Eles existem antes de qualquer lei para serem reconhecidos, protegidos e promovidos. Muitas vezes analisamos os direitos como uma regalia, uma concessão de quem está acima para os que estão abaixo. Essa é uma análise equivocada, pois os direitos que temos não nos foram conferidos, mas conquistados. Bem como a cidadania não nos é dada, ela é construída a partir da nossa capacidade de organização, participação e intervenção social.

Há que se falar, também, da influência das políticas públicas dentro das instituições de segurança pública. O conceito de segurança pública como responsabilidade exclusiva dos governos estaduais parece estar ultrapassado. No século XXI, ele foi suplantado pela noção de que a participação do município é imprescindível na gestão dos problemas de violência e criminalidade. E a tendência é incentivada por organismos internacionais e pelo governo federal como política pública. E a própria população, sentindo a real necessidade de proteção e verificando de fato a desocupação e a falência do estado em cumprir com suas obrigações, no qual a polícia estava perdendo seu “mandato de polícia” para as facções, grupos de milícias, entre outros aspectos favoreceu para essa retomada do poder municipal.

Sabe-se que a Segurança pública é uma atividade exclusiva do Poder Estatal, desenvolvida pela União, Estados Membros, Distrito Federal e Municípios, todos tendo o dever legal de fornecer, dentro da sua esfera de atuação, uma prestação de serviço de excelência, minimizando dessa forma, os índices de insegurança.

Na carta Magna, em seu artigo 144, §8º, são estabelecidas as atividades, órgãos e atuação inerentes à Segurança Pública e à incolumidade das pessoas e do patrimônio, preconiza a responsabilidade de todos, e principalmente do “Estado” (União, Estados Membros, Distrito Federal e Municípios), sendo um direito e responsabilidade de todos.

De acordo com a fundamentação jurídica respaldadas nas legislações que corresponde ao dever da família, da sociedade e do Estado de garantir às crianças e

aos adolescentes proteção especial por meio de programa de prevenção à dependência de entorpecentes e drogas afins. Para isto, tem-se os seguintes dispositivos legais:

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

Art. 227. **É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança ao adolescente**, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (grifo nosso)

§ 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

...

VII – **programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins.** (grifo nosso)

Constituição do Estado de Alagoas de 1989:

Art. 190. **A assistência social tem por finalidade o amparo a segmentos carentes da coletividade, mediante a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice**, promovendo a integração ao mercado de trabalho e viabilizando a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiências. (grifo nosso)

Art. 230. **O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não-governamentais, obedecidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal.** (grifo nosso)

Art. 268. Fica criado o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.

Lei Federal nº 8.069 de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências:

Art. 86. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Quanto ao conteúdo aplicado pelo Programa tem-se o seguinte dispositivo legal: Lei Federal nº 9.394 de 1996 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional:

Art. 27 Os Conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I – **a difusão de valores fundamentais ao interesse social**, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. (grifo nosso).

A Constituição Federal no Capítulo III, institui o Programa Nacional de Segurança Pública com cidadania – PRONASCI, tratando em seu art. 144 que:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I- Polícia Federal; II- Polícia Rodoviária Federal; IV- Polícias Cíveis; V- Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Desse modo, as organizações criadas pelo Estado para manter a ordem pública coexistem em nossa sociedade e já fazem parte do nosso dia-a-dia, sendo instituições como a polícia civil, a polícia militar órgãos criados em todo Território Nacional e geridos pela Secretaria de Segurança Pública.

Ao considerarmos que a escola é um lugar seguro e de formação de cidadãos, a presença das drogas nesse ambiente fere o princípio da educação (ABRAMOVAY; CASTRO, 2005). Conforme Rateke (2006), drogas e violência relacionam-se. Crianças e jovens envolvidos com drogas manifestam comportamentos temerários, com condutas inapropriadas.

De acordo com Silva e Seixas (2014), a pesquisa foi desenvolvida nas diversas regiões do Estado, compreendendo a população da Capital e do Interior, representantes de todas as classes sociais e de distintos graus de escolaridade. Todavia, a maior parte das pessoas ouvidas pertencia as Classes C, D e E (classe média, baixa, pobre e muito pobre), correspondendo a 78% dos entrevistados. Ao final, em um Instituto “P&A” apresentou um relatório da pesquisa que dentre outros aspectos concluía que:

A violência ou falta de segurança é algo que preocupa a população, estando entre as suas questões principais, não sendo, porém, questão central. Há conscientização de que a situação econômica vivida no país, ao longo dos últimos anos, tem gerado, contribuído e alimentado a insegurança nas cidades. A polícia não é responsabilizada por esse quadro, embora uma parcela da população considere que ela contribui para piorá-lo agindo com a agressividade, o que torna sua atuação, de maneira geral, mais inadequada que adequada. O traço mais marcante da PM é o seu comportamento violento e isso é algo que a população testemunha facilmente pelo nível de exposição a que está submetida à Corporação. Para formar uma opinião sobre a atuação da Polícia Militar, a rigor, a população não precisa estar bem informada. O principal meio pelo qual se tomou conhecimento de algo relacionado à PM, foi a presença do indivíduo, isto é, cerca de um terço dos casos relatados foram presenciados pelo próprio entrevistado. A televisão é um poderoso meio de comunicação de massas, contribuiu com aproximadamente 25% dos casos relatados. Desses casos, para cada ação positiva, foram citadas 1,7 ações negativas (quase o dobro), em geral descrevendo atitudes violentas, envolvimento de policiais com o crime e corrupção. Essa violência é antagônica com o desejo de proteção e segurança da população e isso fica muito evidente quando ela descreve o perfil do

policial ideal: ele é antes de tudo uma pessoa bem educada, é preocupado em bem servir, disponível, respeitador dos cidadãos. [...] (SILVA e SEIXAS, 2014, p.368).

Desse modo, o programa visa colocar as drogas como um problema de seus adeptos e causadores de todos os males decorrentes de seu uso. Com o fortalecimento do programa a partir da década de noventa, com a implementação de novas políticas para a infância e a juventude, a escola encontrou nesse projeto um escape para suas batalhas contra o consumo de drogas. Os efeitos das drogas e das violências, segundo os envolvidos, sejam eles professores ou estudantes, eram a parcela mais onerosa de tais circunstâncias, especulava-se um policial dentro da escola os quais buscavam mais segurança diante de alguns efeitos fatalistas dentro do ambiente escolar, logo, a polícia se encarrega dessa tarefa de intervenção dentro da escola (RATEKE, 2006).

Sendo assim, não bastava, e não basta só o estabelecimento de novos regulamentos e diretrizes, era, e ainda é, preciso que haja um investimento maciço na mudança do processo de formação dos policiais e que estas sejam parte do estabelecimento de Políticas Públicas de Segurança, que entendam a Instituição Policial como força pública de segurança cidadã, que devem estar a serviço da sociedade.

Nesse sentido foi lançado, pelo Governo Federal em 1996, como fruto das pressões dos organismos internacionais e de Organizações não Governamentais, em virtude dos altos índices de criminalidade e de violência letal policial, o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH. O programa apontava claramente para necessidade de reforma das polícias, de inclusão do componente curricular Direitos Humanos e conteúdos correlatos nas ementas dos cursos de formação dos policiais e recomendava a todos os estados a implantação do policiamento comunitário.

Destaque também para o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, desenvolvido pelo Ministério da Justiça - MJ, em 2007. De acordo com o texto do projeto, este propõe a articulação de políticas de segurança com ações sociais, priorizando a prevenção e buscando atingir as causas que levam à violência. Tendo entre os seus eixos principais, a valorização dos profissionais de segurança pública, através da distribuição de incentivo pecuniário (Bolsa Formação) aos policiais que realizassem e concluíssem com êxito os cursos ofertados pela SENASP através da Rede de Educação à Distância – Rede EaD e da implantação do Plano Nacional de Habitação para profissionais de Segurança Pública, que fornecia

cartas de crédito para o financiamento de imóveis através da Caixa Econômica Federal.

O agente de segurança pública tem como dever basilar zelar pelo direito de ir e vir dos cidadãos, de que os mesmos tenham respeitada sua integridade física e moral. E no exercício das atividades de ronda escolar, os mesmos possuem como missão garantir a segurança no ambiente escolar, tendo como primado o ser humano, quando verificado a existência atual o eminente de violência.

A respeito da atividade policial comunitária, a iniciativa e o protagonismo sugeridos pelo “Sistema Koban” uma base física de estrutura de policiamento comunitário no Japão e adotado em diversos países. Conforme Silva (2014) alega que, pela organização de uma rede social de proteção envolvendo instituições como igrejas, escolas, clubes de serviço, organizações não governamentais, etc. Originou-se um engajamento de propagação do conhecimento e abertura para contribuições diferenciadas, cujo potencial de resolubilidade ou direcionamento de ocorrências que imponham respostas multidisciplinares a todos os favorecidos, pelo compromisso coletivo que se determina entre as associações. Assim, expressa-se a capacidade preventiva e protetiva de policiamento comunitário junto às organizações de ensino no confronto da violência escolar.

Desse modo, as organizações criadas pelo Estado para manter a ordem pública coexistem em nossa sociedade e já fazem parte do nosso dia a dia, sendo instituições como a polícia civil, a polícia militar, órgãos criados em todo o território nacional e geridos pela Secretaria de Segurança Pública. Mas, diante das situações que temos vivenciado, há de que nos importarmos e colaborarmos como sociedade.

Teixeira diz:

(...) cada vez mais a sociedade brasileira tem compreendido que segurança pública não corresponde a um problema necessariamente de polícia, mas a um dever do Estado e uma responsabilidade coletiva. As medidas nessa área demandam ações complexas e articuladas entre instituições, sociedade e distintas esferas do poder público (TEIXEIRA, 2005, p.5).

Ademais, o que possivelmente tem mais visibilidade para a população é o fenômeno da violência. A sociedade tem a percepção da ausência de segurança pública no Brasil, porque essa ausência vê-se claramente em nosso cotidiano. Casos de tragédias e diversas formas de violência no interior das escolas, faculdades ou em empresas fazem parte do noticiário diário.

Quando se fala em violência, o termo se refere ao comportamento existente entre os indivíduos que envolve formas de agressões premeditadas, e por vezes causando a morte de uma pessoa ou de um grupo contra seus semelhantes (COSTA, 1997).

Ressalta-se, também, a participação mais efetiva dos agentes de segurança pública integrantes da Ronda Escolar, os quais são voluntários e afetos à questão educacional, em estimular uma maior aproximação e interação, dentro do caráter preventivo e protetivo do Policiamento Comunitário Escolar, a partir da elaboração de ações socioeducacionais planejadas e alinhadas com determinado conteúdo pedagógico e/ou atividade proposta pelo professor, autorizadas pelos coordenadores e diretores da instituição de ensino, compartilhando temas mais específicos, que por vezes não são tratados em sala de aula rotineiramente, a exemplo da legislação para o trânsito, proteção do idoso, das mulheres, direitos humanos e o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, tão distorcidamente propagado, dentre outros temas relacionados à segurança pública, como a construção do cidadão e promoção de uma cultura pacífica, constituindo em uma ampliação ao trabalho da escola e da Ronda Escolar.

Ao discutir o *bullying* e a violência sexual, o estudante que é vítima de tais atrocidades pode apresentar mudança de comportamento, tornando-se inclusive reprodutor da violência sofrida ou de outros tipos. Sendo assim, é importante compreender que o sujeito agressor/violento pode estar sinalizando que sofre de algum tipo de violência. Nesses casos, os atos de violência, podem ser um sinal, um pedido de ajuda, um socorro, que indicam um sofrimento muito grande que o aluno está passando, quer seja em casa ou na escola. Contudo, chegar a este diagnóstico, exige um olhar sobre a violência que vá além da busca por sancionar os culpados. É preciso ultrapassar o campo das consequências para tentar atuar também com as causas. E como a área que envolve as motivações, normalmente ultrapassa o limite da escola, é importante pedir ajuda a órgãos, que possuam profissionais competentes para atuar em tais demandas, estabelecendo um trabalho em rede. Um exemplo de ocorrência que implica o envolvimento com outras instituições é o caso de violência sexual de estudantes em que o agressor seja um familiar. O caso deve envolver a Polícia Militar, Polícia Civil, Juizado da Infância e Juventude e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e possivelmente o Conselho Tutelar.

Porém, para que esse trabalho em rede seja efetivo, é preciso que ele não ocorra apenas em casos pontuais, onde a violência já aconteceu e sim, que a sua atuação seja constante através do desenvolvimento de ações preventivas. Esse trabalho em forma de parceria pode ajudar na prevenção de ocorrências e na identificação precoce dos casos de violência sexual e *bullying* – que vão aumentando e se agravando com o passar do tempo.

Percebe-se, portanto, que a segurança pública é o que garante a proteção dos direitos individuais e que a mesma assegura o livre exercício da cidadania. Embora, pareça que para obter-se segurança devemos nos privar da liberdade por causa da sensação de insegurança que a rua traz para as famílias brasileiras. A segurança não se opõe à liberdade, e sim, uma condição para seu efetivo exercício.

2.3 – Implementação da Ronda Escolar em Alagoas e sua função social

A veiculação recorrente pela mídia de casos de violência envolvendo as escolas tem levado a necessidade de se pensar alternativas de prevenção e contenção da violência escolar. Ao entendermos que a escola não pode ter seu papel reduzido ao de mera escolarização, sendo apenas o local utilizado para transmissão de conteúdo e preparação para o mercado de trabalho, vemos a necessidade de percebê-la enquanto instituição socializadora que pode e deve contribuir para a formação de sujeitos cidadãos que possuam criticidade e busquem viver de forma plena e harmônica.

A escola possui papel extremamente importante no enfrentamento às violências que ocorrem em seu espaço, inclusive as cometidas por ela própria. Sendo necessário primeiramente, uma conscientização do corpo diretivo, a respeito da utilização das instituições escolares pelas classes dominantes como instrumento de perpetuação das desigualdades e de um posicionamento ativo contra essa manipulação ideológica.

Objetivando diminuir práticas ilícitas dentro das áreas escolares, o Governo do Estado através da Secretaria de Defesa Social e da Secretaria de Educação lançaram em 2012 o programa Ronda Escolar da Polícia Militar de Alagoas, com atuação em escolas estaduais e municipais. O policiamento manteve-se com caráter preventivo e ostensivo, evitando o tráfico de drogas e atuação criminosa dentro da área e adjacências. O policiamento voltou-se, também, para a segurança nas escolas

públicas em turnos diurnos e noturnos com atividades operacionais a fim de atender às solicitações de diretores preocupados em ofertar mais segurança na comunidade escolar. Além disso, existe a realização de atividades educativas que auxiliam as crianças e adolescentes a se distanciarem das drogas e saberem do mal que elas trazem à família e a eles.

Desse modo, nota-se o quanto os órgãos de segurança pública querem fazer ações de orientação da cultura de paz, com destinatário os estudantes. Com muito esforço para melhorar os índices do INDEB (Instituto de Divulgação Educacional Brasileiro) e do analfabetismo do Estado.

Logo, a missão da Ronda possui a função de garantir a segurança no ambiente escolar, tendo como primado o ser humano, quando verificado a existência atual ou eminente de violências, além de ser implementadas ações proativas, educativas, preventivas e repressivas, e quando necessário, visar à redução e controle da violência e do tráfico de drogas nas instituições de ensino.

Torna-se crucial a discussão em torno da função social da escola, pois a temos enquanto espaço de socialização de saberes que se perpetuam e que também se modificam com o decorrer do tempo. Ela precisa estar aberta para garantir o acesso de todos, principalmente, dos estudantes que a frequentam. Sendo importante considerar os saberes construídos por eles antes mesmo de começarem a frequentá-la, oportunizando a reflexão e a produção do conhecimento. Porém, quando esse espaço de criação de laços efetivos e intelectuais é permeado por violências visíveis e invisíveis, muitos entraves a esse processo, de construção e reconstrução do conhecimento, são estabelecidos. Abramovay (2003) nos alertam para a interferência negativa que as violências causam à imagem da instituição escolar, através do seguinte comentário:

As situações de violência comprometem o que deveria ser a identidade da escola – lugar de sociabilidade positiva, de aprendizagem de valores éticos e de formação dos espíritos críticos, pautados no diálogo, no reconhecimento da diversidade e na herança civilizatória do conhecimento acumulado. (ABRAMOVAY e RUA, 2003, p. 65).

É dever basilar de um agente de segurança pública zelar pela segurança, pelos direitos de ir e vir dos cidadãos, de ter respeitada sua integridade física e moral. Por essa razão é que uma intervenção incorreta desse profissional pode marcar negativamente a sociedade assim como sua boa atuação será lembrada com conforto e satisfação.

Em sua atuação em parceria com a secretaria de educação, a ronda escolar tem se envolvido nas demandas das escolas sempre que solicitada. Além das visitas rotineiras e sistemáticas, a ronda escolar realiza palestras sobre o uso de drogas e sobre violência, direitos e deveres dos jovens, educação no trânsito e outros, buscando resgatar nos alunos uma imagem positiva e comprometida de segurança pública e uma proximidade do agente de segurança pública com a comunidade.

Ocorre, também, um olhar multidisciplinar à questão da segurança pública, trata-se de uma mudança complexa de paradigma, vez que, concretiza a possibilidade de exercício da cidadania por parte da sociedade, a ocasionar o conceito de segurança cidadã. Levando em consideração a violência e suas diversas causas e manifestações, e por isso, defende-se a atuação de políticas públicas locais, tanto no controle e prevenção da violência (CARVALHO; SILVA, 2011).

Nesse seguimento, Freire (2009) assegura que a Segurança Cidadã tem o objetivo no cidadão em si, e desse modo a violência é um grave risco ao gozo pleno de sua cidadania. Logo, uma política pública de Segurança Cidadã incentiva políticas públicas multissetoriais, a fim de prevenir possíveis violências que possam causar tragédias. Requer, não apenas a atuação das forças policiais, mas também um importante espaço reservado para as diversas políticas setoriais, como a saúde, esporte, cultura, educação, etc.

Assim, cabe ressaltar que ao falar em prevenção das violências nas escolas a tendência é de pensar em acautelar-se quanto às ocorrências que poderão transcorrer “na escola” e “à escola”. Entretanto, tomar atitudes que visem à contenção e anulação das ocorrências que decorrem da escola é de extrema importância. Tal percepção é imprescindível, tendo em vista que sem elas não se realiza alterações estruturais no funcionamento da unidade escolar; correndo o risco de tratar apenas de ações específicas, que também são extremamente importantes, mas que possuem limitações de atuação e, obviamente, de resultado.

2.4 – O Agente de Segurança Pública como educador

Depois dos programas implementados, a exemplo do programa Ronda Escolar e do Proerd, o espaço de atuação do agente de segurança pública aumentou, sendo imprescindível criar elementos que pudessem inserir de forma coercitiva e ao mesmo tempo com um viés pedagógico.

Houve uma necessidade de mudanças no perfil de formação dos agentes de segurança pública de maneira a educar para socializar a polícia com a comunidade, educar para a prática do respeito ao próximo, construindo uma nova perspectiva de “combate”. Não o combate armado, mas o combate à raiz da criminalidade, ao início do problema, por vezes oriundas de conflitos de família ou de vizinhança, enfim, que acabam por trazer consequências e um conjunto de ações que descambam para o ilícito.

As diversas formas de violências sejam elas ocorridas no interior das escolas ou na sociedade como um todo, em nome de uma sociedade mais segura, da autodefesa e dos interesses do cidadão comum, os mecanismos de controle tornam-se cada vez mais potentes e ostensivos. Multiplicam-se os efetivos militares e da polícia civil, tentando detectar núcleos de ação criminal, conter atitudes consideradas suspeitas e possibilitar uma repressão mais eficiente.

Podemos perceber que nessas últimas décadas, a violência tem se generalizado. Torna-se também cada vez mais banalizada, parece também, como outros aspectos da vida social, fugir ao controle dos homens e das instituições. Segundo Costa:

Outra bandeira que vem induzir à ação violenta é o constante apelo ideológico ao desenvolvimento da personalidade competitiva e ambiciosa como elemento necessário à realização individual. Concorrência desenfreada, rivalidades e a ideia da legitimidade das leis de mercado permeiam as campanhas publicitárias e as avaliações econômicas. Táticas de defesa pessoal e jogos de guerra são simulados em treinamentos nas grandes empresas, estimulando os funcionários a desenvolver espírito competitivo, ambição e agressividade. (COSTA, 1997, p. 288).

A democracia exige justamente uma função policial protetora de direitos dos cidadãos em um ambiente conflitivo. A ação da polícia acontece em um ambiente de incertezas, ou seja, o policial, quando sai para a rua, não sabe o que vai encontrar diretamente, podendo entrar em um campo de conflitividade social. Contudo, o campo de garantia de direitos exige uma ação mais preventiva, porque não tem um ponto determinado e certo para resolver (ALEIXO, 2006).

É importante destacar que o agente é um cidadão e, como todos os membros de uma sociedade, sujeito de direitos e deveres. Contudo, há uma expectativa de que seja um cidadão mais qualificado, considerando-o um legítimo educador, pois deve-

se possuir comportamentos nobres da função policial explicitado através de atitudes corretas e idôneas.

Há que se falar, ainda, da polícia comunitária, que é também uma maneira de educação para com a sociedade. Nasceu a partir da concepção de que a polícia poderia responder de modo sensível e apropriado aos cidadãos e às comunidades. Essa concepção, através da formação educacional do profissional de segurança pública, do resgate de sua dignidade como pessoa humana, visa à humanização do policial, que é estimulado a refletir sobre a condição humana, sobre a realidade prática da sua atividade, sobre a existência de conflitos, na busca de uma solução resultante da construção do consenso, incentivando uma iniciativa comunitária de cultura de paz em prol da defesa dos direitos humanos e do exercício real da cidadania.

É esse perfil do agente que demanda ser cada dia revelado para a sociedade e sobretudo para as crianças em formação. Com a estruturação da ronda escolar, a participação dos agentes faz-se diariamente nas escolas em diversos horários orientando os jovens o caminho que devem trilhar.

Propõe-se o aprimoramento da formação dos agentes de segurança pública para ajuda-los a serem atores do desenvolvimento humano e social de suas vidas e da vida da comunidade. Deve-se inferir na realidade para transformá-la, tendo como premissa a educação em direitos humanos, em que o ser-humano esteja integrado, ao passo de se colocar como agente transformador da realidade social, ou seja, indivíduo emancipado humanamente, interventor do processo histórico-humano.

Se a função principal dos agentes de segurança pública é garantir a ordem social, o bem-estar coletivo e a aplicabilidade das normas, a fim de assegurar a harmonia e a pacificação social, nada mais condizente que sua formação seja fundada na razão dos valores e das diretrizes delimitados pela educação em direitos humanos.

A Educação em Direitos Humanos é compreendida como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões: a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacionais, nacionais e locais; b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, ético e político; d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos orientados à mudança de mentalidades e de práticas individuais e coletivas que possam gerar ações e instrumentos em

favor da defesa, da promoção e ampliação dos direitos humanos (SEDH, 2009).

Segundo Neto (2010), o trabalho do agente de segurança pública precisa ser dinâmico na interação com a comunidade, ter controle emocional, ter amplo conhecimento no que diz respeito à educação, acreditar que a educação é o caminho para um futuro sem violência, ter bom relacionamento com o público, ter visão ampla de vários assuntos e procedimentos, iniciativa, gerenciamento de crises e muita paciência; identificar a pedagogia exercida pelos comandantes, são alguns fatores necessários para um agente fazer parte do Ronda Escolar.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do presente estudo 10 indivíduos, sendo metade professores (identificados de P1 a P5) e a outra metade agentes da guarda municipal (identificados de G1 a G5). Assim, aplicou-se um questionário destinado aos participantes, a fim de aprofundar e esclarecer as questões e problemas inerentes ao tema: O papel educativo da Ronda Escolar.

PERGUNTA 1: Você concorda com a realização do projeto desenvolvido pela Ronda Escolar em sala de aula fazendo palestras educativas?

Sobre a primeira pergunta, a qual trata sobre os participantes concordarem com a realização do projeto em sala de aula fazendo palestras educativas foi positiva com 100% das respostas marcadas como “sim” pelos professores e agentes de segurança pública. As justificativas variavam como a de alguns professores que explicaram o seguinte:

P1: *“A Ronda Escolar tem um papel socioeducativo e preventivo, funcionando como instrumento de prevenção ao uso de drogas e à violência dentro da escola”;*

P2: *“A educação é realizada por todos os órgãos públicos. A ronda escolar ajuda a complementar esse papel educativo que é prestado pelos agentes da segurança pública.”.*

Referente aos guardas civis, alguns explicaram que:

G1: *“Faz-se importante educar a juventude, mostrando atitudes corretas a serem tomadas de forma que possam se tornar cidadãos melhores”;*

G2: *“O projeto leva mais segurança à escola, podemos perceber, ainda, que através das palestras educativas há uma melhora em relação à disciplina dos alunos”;*

Segundo Brandão (2004), a educação é um modo de vida dos diferentes grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas diversificações de culturas, em sociedade. Não há como fugir da educação, ela está pelas casas, pelas ruas, nas igrejas ou nas escolas. Todos são envolvidos pela educação, para aprender, ensinar, saber, fazer, ser ou para conviver. Todos os dias a vida se mistura com a educação.

Todos os seres são alvo de um processo educativo. Observa-se, por exemplo, na natureza, como os pássaros que desde cedo expulsam seus filhotes do ninho, fazendo com que experimentem o processo de aprendizagem do voo, e compreende-se, portanto, que esse exercício é importante para a continuidade da vida (BRANDÃO, 2004).

Do mesmo modo, os seres humanos vivenciam experiências de aprendizagem em vários locais que desempenham função social, como na igreja, na escola, em casa, no trabalho. As crianças e adolescentes, por exemplo, estão em constante aprendizagem, em parte, essa constante aprendizagem tem por objetivo socializar o indivíduo na sociedade por meio de hábitos, costumes e princípios convencionados de forma consensual pela sociedade. A educação auxilia a pensar tipos de homens, auxilia também a criá-los, produz, portanto, um conjunto de crenças e ideias.

Na secretaria de educação do Amazonas (2018), o projeto Ronda promoveu discussões de temas da atualidade em escolas da rede estadual. Sobre violência, bullying, homossexualidade e segurança que, segundo a pedagoga da escola, o projeto é muito positivo, pois proporciona aos estudantes a discussão de temas que estão presentes no dia a dia, inclusive dentro das instituições. Os agentes de segurança pública justificaram que as escolhas dos temas são pré-determinados pelo gestor da escola e pelos próprios alunos. São trabalhados temas como drogas, corrupção policial, temas dentro da realidade de cada escola. Com o objetivo principal de transformar os alunos em multiplicadores dessas informações.

PERGUNTA 2: Depois do início da atuação da Ronda Escolar, houve alguma mudança na escola para que ela ficasse mais segura?

Foi perguntado aos participantes, também, se após o início da Ronda Escolar houve alguma mudança na escola para que ela, os professores e os alunos ficassem mais seguros. Obtivemos resultado de 100% marcados em “sim”. Dentre as justificativas, têm-se:

P3: “Depois do início da RE, o programa causou insegurança em certos alunos que desejavam realizar práticas erradas, como atos vândalos, permitindo assim, menores índices de violência”;

P4: *“Apesar de ser uma pequena mudança, nota-se que os alunos estão mais preocupados e atentos com a questão das drogas na escola”;*

P5: *“Houve mudança de comportamento e diminuição de atos de violência, tendo em vista o caráter mediador da RE”;*

O trabalho preventivo realizado pela Ronda Escolar tem o intuito de aperfeiçoar a imagem e personalidade das crianças e aproximar a comunidade, principalmente as camadas populares, da instituição militar. Segundo Rateke (2006), o contato da polícia com crianças e jovens contribui para transformar a sua imagem, historicamente vinculada às condutas violentas e autoritárias.

Estatísticas mostraram em São Luís/MA (2018), que entre os anos de 2015 e 2017, situações como agressão verbal e física, ameaças, porte de arma e uso de drogas e bebidas alcoólicas dentro de escolas caíram drasticamente. Em 2015, por exemplo, foram 191 ocorrências de furto em escolas – contra apenas 33 em 2017. Uma queda de 83%. Caindo, também, o porte de arma branca e o uso de drogas.

Evidenciou-se essa diminuição das situações de violência no ambiente escolar com relação direta com a atuação preventiva dos agentes de segurança pública nas unidades de ensino. Massificando os atendimentos às escolas com a realização de roteiros institucionalizados pelo programa Ronda Escolar, buscando sensibilizar os jovens e prevenir futuras ocorrências, envolvendo assuntos como drogas, criminalidade, depredação do patrimônio público e respeito aos professores, mediando conflitos e garantindo a tranquilidade de todos os envolvidos na instituição de ensino.

A abordagem da Ronda Escolar tem ainda o diferencial de ser mais adequada à realidade dos adolescentes. Isso porque os agentes de segurança pública recebem treinamento específico para lidar com esse público. Além dos seminários periódicos de atualização, o agente pode se capacitar, também, pelo curso de capacitação de Policiamento Comunitário, familiarizando-se com o ECA e aprendendo técnicas adequadas para se comunicar melhor com o público (BRASIL, 2018).

O curso proposto possui como objetivo:

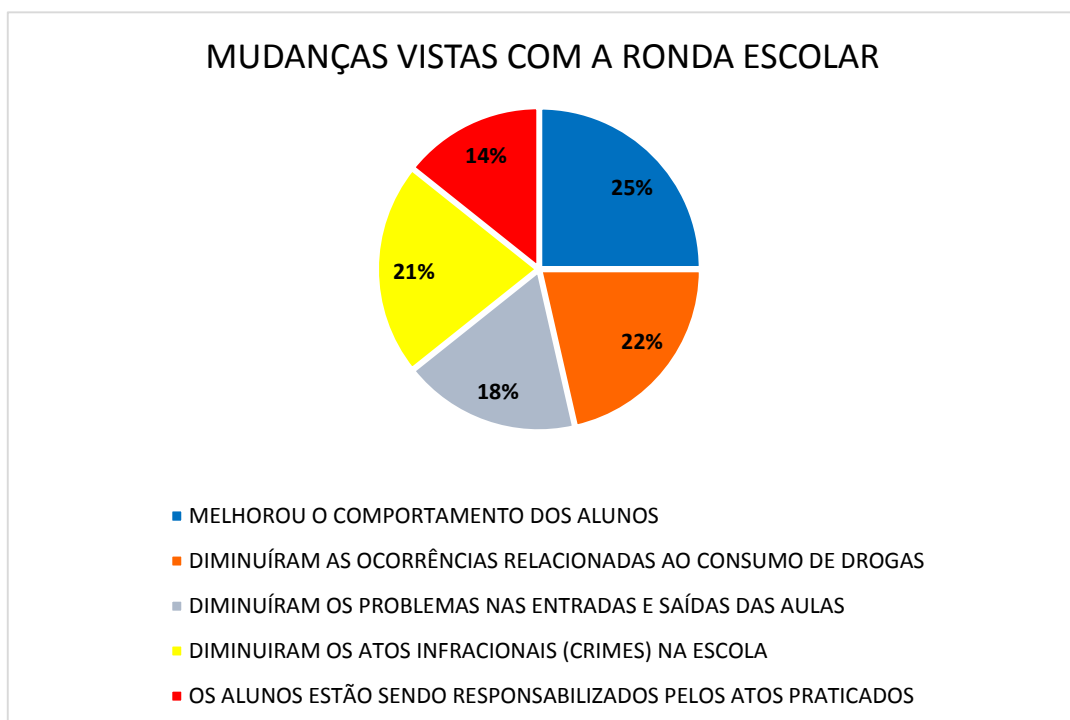
[...] oferecer conhecimentos, experiências e habilidades que capacitem o agente de segurança humana a coordenar e executar as mais diversas tarefas e atividades operacionais e administrativas de policiamento comunitário escolar, que por si só, apresentam características que proporcionam uma nova parceria com a comunidade escolar e os órgãos de segurança humana, baseando-se na premissa de que tanto esses órgãos quanto a comunidade devem estar de mãos unidas para identificar, priorizar e resolver problemas do ambiente escolar e em seu entorno (PARAÍSO; SANTO, 2015, p.2).

Porém, em uma pesquisa realizada em Fortaleza/CE constatou-se que a Ronda Escolar não tinha uma rotina sistemática de visita às escolas, esquematizando suas rondas por demandas, a falta de efetivo e logística provocou uma lacuna consideravelmente grande entre uma ronda e outra, as visitas chegavam a ser em média quinzenal, em certos períodos do ano (épocas festivas); outro fato observado é que os agentes não demoravam em sala de aula, o tempo reservado para as atividades era em média de 10 minutos, e quando eram solicitados para alguma ocorrência, chegavam a escola após meia hora, conforme os depoimentos coletados na escola entrevistada.

PERGUNTA 3: Se houve mudanças, de que tipos foram elas? Em ordem de importância ou prioridade

Sobre o questionamento de saber quais tipos de mudanças corroboraram para melhorar o comportamento dos alunos após o projeto, no gráfico 1 podemos analisar as opções que obtiveram maior quantitativo de respostas, sendo que o resultado quantitativo deu mais de 100% porque os participantes marcaram mais de uma alternativa:

Gráfico 1: Mudanças vistas com o projeto Ronda Escolar (questão nº 3 do questionário no APÊNDICE I).



Em uma pesquisa de campo realizada por Carvalho (2016), em seu projeto para verificar as percepções das contribuições da Operação Ronda Escola na redução da violência escolar, constatou-se com 41% ser relevante, porque permite passar informações/orientações à comunidade escolar; 41% ser limitada, pois não há tempo reservado para dialogar com a comunidade escolar; 28% ser efetiva e eficiente, apenas com rondas e abordagens, inibindo a violência escolar; 27% importante para inibir a violência escolar, apesar de não considerar ser função da Polícia Militar; e 6% consideraram “outras”, por ser limitada e relevante, pois faz o possível dentro das limitações (tempo e efetivo).

Quando a Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS – de Minas Gerais realizou uma avaliação semelhante em sua região sobre aceitação e efetividade entre professores e alunos em 2008, analisou-se a opinião dos instrutores quanto ao interesse no público atendido, constatou-se em sua maioria que o programa é mais interessante entre as crianças, obteve-se um resultado de 86,8% dos instrutores acham que o programa desperta maior interesse entre crianças da antiga 4ª série ou 5º ano e 13,3% responderam que o interesse é o mesmo e independe da idade.

Diante dessa análise, é possível notar que os alunos do 5º ano buscam pessoas com quem devam se espelhar para suas vidas. Além dos pais e professores, as crianças veem nos policiais uma referência também. As crianças criam vínculo com os instrutores e os tem como uma direção de polícia fora das escolas também. Sobre os alunos de faixa etária do ensino médio, por exemplo, possuem uma bagagem de vida maior, sobretudo relacionada à vivência com a criminalidade. Para Batista (2009), isso faz com que esses estudantes recebam as orientações do programa com mais receio.

PERGUNTA 4: Você acha que as ações da Ronda Escolar são realmente preventivas e educativas?

Quando foram indagados se a RE era realmente uma ação preventiva e educativa, obtivemos um percentual de 100% respondidas “sim”. Em uma das respostas dos professores, alguns dos professores interrogados explicaram que:

P3: *“A Ronda surgiu exatamente como instrumento de complementação pedagógica e preventiva”*

P4: *“O projeto atua coibindo a criminalidade nas escolas, tornando os jovens mais conscientes de suas ações.”*

P5: *“Quando os alunos estão adquirindo conhecimento acerca de um certo determinado assunto os fazem refletir, assim, são educados para prevenção de atos errados.”*

Dessa maneira, a visão dos guardas sobre essa questão foi possível identificar que:

G4: *“Quando há uma atração da Ronda Escolar nas escolas, há uma mudança significativa na rotina da escola e nas práticas dos estudantes, ajudando na formação do aluno.”*

Segundo Carvalho (2016), coube aos agentes de segurança pública a atuação na prevenção de crimes e atos infracionais nas escolas; a avaliação, diagnóstico e sugestões de aprimoramento e adaptações nas instalações físicas e de melhoria das condições de segurança da comunidade escolar e seu entorno, além de atividades educativas preventivas, como a realização de palestras, visitas e peças teatrais.

Desse modo, destaca-se a importância do Policiamento Comunitário Escolar em ações eminentemente preventivas, proativas e integradas, para a difusão do conhecimento aos estudantes, sobre o papel e atuação da RE, seu caráter preventivo, além da função social dos agentes de segurança pública, diminuindo os riscos de reincidência e represália aos gestores, estimulando o potencial de resolutividade entre as instituições, o compromisso coletivo, dentre as possibilidades destacadas por Balestreri (1998), Secchi (2013), Silva (2014) e no Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária (BRASIL, 2007).

Neste aspecto, conforme o currículo da REDE NACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM SEGURANÇA PÚBLICA REDE EAD-SENASP (2017) (ANEXO I) em sua relação de ementa de cursos voltados ao agentes de segurança pública, o curso de policiamento escolar é prioritariamente voltado aos agentes que servem na Operação Ronda Escolar ou que trabalhem com policiamento comunitário, a fim de capacitá-los a coordenar as mais diversas atividades de prevenção e enfrentamento da violência no ambiente escolar e no seu entorno, aumentando e garantindo a segurança do cidadão. Tendo como pré-requisito para participação, que o agente

possua uma inclinação para a atividade proposta e não esteja respondendo a Processo Administrativo.

PERGUNTA 5: Você acha que a Ronda Escolar deve continuar desenvolvendo as atividades até então realizadas? Que outras ações a Ronda Escola poderia realizar na escola?

A outra questão levantava a análise dos educadores e dos guardas sobre o projeto dar continuidade em desenvolver as atividades lúdicas, os quais responderam que sim e defenderam que além da atividade da Ronda, poderiam envolver outros temas, tais quais: Projetos de Meio Ambiente, junto com a secretaria do meio ambiente; atividades abrangendo esportes e promoção de saúde; outros abarcaram que seria importante aprimorar as ações que já estão sendo realizadas para surtirem mais resultados, para a partir de então progredirmos para outras ações; e apresentar pelos alunos um trabalho ativo para que a comunidade tivesse conhecimento do que foi ensinado a eles.

Na pesquisa de campo realizada por Carvalho (2016) com o tema Ronda Escolar realizada em Salvador, foi constatado pelas opiniões dos professores que concordaram com o programa e acharam positiva a atuação dos policiais em sala de aula, sugeriram também o incremento desse projeto com os policiais falando sobre trânsito, direitos e deveres de cada cidadão. Outro professor afirmou que o trabalho fosse uma coisa contínua, trabalhando em parceria com a equipe de professores, sendo um educador também da vida em sociedade, trabalhando numa equipe multidisciplinar para tentar quebrar, diminuir a violência dos alunos na escola, porque muitos deles não têm a clareza dos direitos e dos deveres.

Alia-se, portanto, a viabilidade de um projeto socioeducativo integrado entre professores e agentes de segurança pública, e toda a comunidade escolar, direcionado à prevenção da violência e estímulo à cidadania consciente. Ressalta-se, também, como aproximar de forma favorável os policiais com a escola, desde que qualificados e interessados na atividade socioeducacional, apoiando e elaborando ações protetivas junto às crianças, por vezes carentes de conhecimento e orientações sobre leis e regras de convivência em sociedade (CARVALHO, 2016).

No mesmo trabalho da autora mencionada acima, os policiais foram interrogados sobre quais sugestões para melhorias do serviço Ronda Escolar, dentre as quais podemos destacar: capacitação para os integrantes da RE (presencial – troca de experiências, informações e orientações); aumento do efetivo/viaturas (para atender às demandas com mais agilidade); realização de mais palestras, agregar a RE com atividades educativas esportivas, programas de socialização com os alunos, mostrar a importância do serviço da RE em seus devidos Estados.

Porém, em um estudo realizado pela Secretaria de Defesa em MG, sobre a efetividade de afastar as crianças e adolescentes das drogas, 64,1% dos instrutores consideram que o Ronda Escolar é parcialmente efetivo, 33,3% responderam que concordam que as crianças e os adolescentes podem afastar-se das drogas com ajuda do programa e 2,6% acredita que o programa não seja efetivo. Diante disso, notamos a relevância dos jovens serem instruídos com pessoas que ensinam como é importante não se usar droga para se ter uma melhor condição de vida.

Em uma certa região de MG, foi perguntado aos alunos se eles concordam que o uso das drogas e a violência podem diminuir ou ser evitado com a existência de programas educacionais, dos 1612 alunos, 1473 consentem que esses programas podem combater o uso de drogas, correspondente a 91,4% dos entrevistados. Embora 8,4% dos interrogados acreditam que essas propostas educacionais não ajudam a combater o uso de drogas (SEDS, 2008). Notamos, também, que a presença do Ronda Escolar nas instituições de ensino contribui para mostrar aos jovens o prejuízo decorrente das drogas e a importância de se afastar das pessoas que as utilizam.

Além disso, vale ressaltar que um dos fatores mais importantes para se evitar ou amenizar o uso das drogas e da violência é o diálogo com a família e com os professores, a partir de auxílio social psicopedagógico e com trabalho educativo. Mostra-se, realmente, ser um importante indicador auxiliado ao programa, utilizando ações preventivas em detrimento de ações repressivas. A atuação dos pais torna-se de grande importância, porque forma um estímulo cooperativo entre a Polícia Militar, a escola e a família na proteção e na qualidade das informações passadas aos alunos de maneira preventiva.

PERGUNTA 6: Você está satisfeito com a atuação da Ronda Escolar em sua escola?

Já quando foram indagados sobre a satisfação da atuação da RE nas escolas, obtivemos o seguinte resultado:

Tabela 1. Satisfação sobre a atuação da RE em escolas de Delmiro Gouveia/AL, 2018.

Satisfação dos participantes envolvidos	Número	%
Sim	7	70
Não	-	-
Em parte	2	20
Não sabe responder	1	10

Em um estudo do mesmo perfil realizado por Carvalho (2016), a percepção da aceitação da RE pelos atores da comunidade escolar entre os diretores foi considerada ótima com 52%; entre os professores, também, com 52%; os funcionários da escola consideraram a atuação do projeto como ótima com 60%; já os estudantes consideraram como boa com 43% e ótima com 13%; para os pais e responsáveis, eles consideraram o RE como ótima com 25% e boa com 39%.

Quando Carvalho (2016) interrogou os gestores escolares sobre a opinião deles sobre o serviço prestado da Ronda Escolar, eles consideravam que os agentes eram atenciosos, porém achavam a visita curta, esclarecendo que existe uma resistência por parte de alguns alunos e sugeriram que já que existe oficialmente esse trabalho da Ronda Escolar deveria ter uma permanência, todos os dias uma visita às escolas; para pelo menos ter uma adaptação melhor dos jovens.

Ademais, confirmam que as visitas deveriam ser mais frequentes, com uma assistência contínua, e que a cada escola deveria ter um carro da PM presente, por causa dos assaltos em ambiente escolares, a insegurança é alarmante, porque até alunos que estudam na instituição e de farda já assaltou os colegas. Portanto, conforme o estudo de Carvalho (2016), os funcionários de uma determinada instituição alegaram que acha importante a presença da Ronda, porém deveriam ser mais presentes e frequentes na escola; passar um dia, manter contato com os alunos, realizando atividades lúdicas e palestras.

Em um estudo realizado por Oliveira (2016), destacou que a auto avaliação realizada pelos participantes e agentes de segurança pública relacionados ao grau de conhecimento a respeito do ECA foi avaliado por 58% como insuficiente, visto de

maneira corrida, trazendo conhecimentos básicos, como entendimento de criança e adolescente, diferença entre crime e ato infracional, etc. Mas, sem o aprofundamento devido, causando uma reação ao questionário da autora, solicitando o aprofundamento desse conteúdo nas próximas turmas.

Outro obstáculo encontrado pela Oliveira (2016), foi que alguns policiais (atores que foram realizadas as pesquisas) não possuíam o “perfil” para atuar com o policiamento escolar e que os seus comandantes “não respeitaram” as suas decisões de não identificação com a atividade, com 35,5% afirmaram não se identificar com as bases de Policiamento Comunitário Escolar.

PERGUNTA 7: Em sua opinião, quais os principais problemas de segurança na escola, que a patrulha ainda não resolveu?

Na tabela 2 encontram-se os dados sobre os principais problemas de segurança da escola que a patrulha ainda não conseguiu resolver. Como um participante assinalou mais de uma alternativa, por isso, o resultado deu um total maior que 100%.

Tabela 2. Principais problemas de segurança na escola não resolvidos pela patrulha.

Problemas de segurança nas escolas em Delmiro Gouveia/AL	Número	%
Roubo	3	30
Furto	5	50
Brigas	5	50

Dentre alguns motivos elencados causadores da violência escolar consta, alguns fatores como a questão social, falta de acompanhamento por parte dos pais, o ambiente em que vivem, o contexto em que vivem, a região onde moram, a família que não é bem estruturada, o aluno que se inflama por qualquer situação, rejeição do aluno com seu “eu”, não tem aceitação das suas condições de vida e passa agredir como uma forma de defesa, de autodefesa, sendo, inicialmente, uma violência interna, intrínseca (CARVALHO, 2016).

Conforme Waiselfisz (2015), reconheceu que existe uma multicausalidade da violência e o quanto ela está presente, nas variadas formas, no interior dos sujeitos e

no ambiente escolar. Registrou-se que a ausência de condições dignas de vida aliada à falta de orientação e apoio familiar e desfragmenta os membros da comunidade escolar, especialmente os jovens, ao mesmo tempo vítimas e autores desse fenômeno.

Estudos indicam que o comportamento ilícito é aprendido na interação com outras pessoas em processo de comunicação. Logo, quanto mais os jovens associarem com grupos de pessoas que demonstram os prejuízos acarretados pelo uso da droga e da violência mais afastados da aprendizagem de condutas ilícitas as crianças e adolescentes estarão (FERRO, 2008).

Por causa do aumento populacional e da falta de emprego, a violência e o crime cresceram nos últimos anos. Os jovens têm acesso com maior facilidade às informações e às drogas. Antigamente não havia tantas músicas com apologia às drogas e na mídia também. O sentimento dos jovens de querer liberdade, eles acabam buscando em músicas ou vestimentas e influenciam diretamente em seu comportamento. Algumas vezes, os seus ídolos são bandidos perigosos, traficantes e assassinos, segundo Rateke (2006).

De acordo com o contexto, em um estudo de campo empreendido por Soldera et al. (2004), os quais objetivavam “determinar a prevalência do uso pesado de drogas por estudantes (...) em uma amostra de escolas públicas e particulares, e identificar fatores demográficos, psicológicos e socioculturais associados”, consumou que a utilização de drogas se deu, em maior parte, em redes de escolas públicas nos grandes centros da cidade de São Paulo, cujo nível socioeconômico dos estudantes era de classe alta a média. Assim, a disponibilidade de dinheiro e os padrões específicos de socialização foram vistos como fatores associados.

O uso de drogas é decorrente de várias combinações como os genéticos, psicológicos, familiares, socioeconômicos e culturais. Segundo estudo realizado por Soldera et al. (2004), o álcool foi a droga mais consumida e corresponde a 11,9%, seguido do tabaco com 11,7%. A maconha foi a droga ilícita mais utilizada com 4,4%.

E no mesmo estudo, resultou que o uso de drogas nas escolas públicas periféricas foi menor entre os estudantes, mesmo sendo áreas com um maior número de mortalidade por causas violentas, e conclui:

Apesar de haver supostamente um tráfico significativamente maior nestes bairros, o consumo de drogas pelos estudantes que frequentam as escolas da periferia é significativamente baixo em relação ao dos bairros centrais. Nesse

sentido, é plausível que a disponibilidade financeira possa exercer uma influência significativa, pois, no presente estudo, encontrou-se que o uso pesado de drogas, além de associar-se ao trabalho, esteve associado a pertencer aos níveis socioeconômicos A e B. Assim, os estudantes de escolas públicas periféricas, apesar de viverem em áreas da cidade onde o tráfico é supostamente mais intenso, têm menor poder aquisitivo para a compra dessas drogas. Outra possibilidade é que jovens desses bairros envolvidos com o uso pesado de drogas acabem com certa frequência "expelidos" do sistema escolar e talvez se envolvam com o "pequeno" tráfico de drogas ("aviões"), inclusive para viabilizar o consumo próprio (SOLDERA et al, 2004).

A PM – Policial Militar – brasileira resolveu que as crianças da antiga quarta série do Ensino Fundamental, denominada hoje de quinto ano, deveriam iniciar os trabalhos com os programas que envolvam educação e cidadania mais cedo, devido a:

As crianças brasileiras são mais precoces no uso da droga. E os programas educacionais tentam passar conhecimentos para essas crianças antes das drogas serem oferecidas para elas. Para que a criança já tenha o conhecimento e possa a oferta das drogas negar. Nós realizamos a prevenção primária antes de acontecer (Rateke, 2006).

Nesse sentido, é importante que desde cedo a criança possa ter conhecimento e ser preparada para a vida em sociedade, sabemos que a primeira educação deve começar em casa e a escola como formal pode propiciar esse campo de saberes, de experiências positivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram analisadas as contribuições da Ronda Escolar e sobre a redução da violência nas unidades escolares de Delmiro Gouveia/AL. A presente pesquisa buscou avaliar as percepções dos professores e agentes sobre a satisfação, a presença, mudanças e sugestões no tocante ao serviço prestado pela Ronda Escolar. Para isso, foram mapeadas unidades escolares em que é realizada a operação Ronda. Foram identificadas as respostas dos professores e dos agentes de segurança pública que atuam e presenciam as atividades do programa, avaliando o potencial preventivo do serviço para a segurança das instituições de ensino, explicitando as similaridades e divergências observadas em outros artigos relacionados ao mesmo tema, atingindo em proposições voltadas à maior efetividade do serviço de policiamento comunitário escolar.

O que se propõe são agentes que atuem em parceira da escola. Parceria essa que envolve o conhecimento da comunidade escolar e dos seus anseios e dificuldades. Que diante de um cenário de insegurança, sente junto com os sujeitos responsáveis pela comunidade escolar para identificar os problemas, as suas causas e propor soluções, se preciso, inclusive acionando outros órgãos da rede de proteção à criança e ao adolescente para ajudar no desenvolvimento das ações de soluções.

Uma polícia que não precisa estar presente em todas as ações desenvolvidas, pra não correr o risco de promover a policialização do ambiente escolar. Mas que precisa trabalhar como partícipe do contexto e das ações que estão sendo desenvolvidas com vistas a promover a segurança e a paz nas instituições de ensino. Sabendo o limite de sua atuação e conhecendo as atribuições e atividades desenvolvidas por outros órgãos que podem colaborar com a melhoria do ambiente, tornando-o mais propício para o desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem.

Identificou-se a relevância da Ronda Escolar realizado pelo programa no Estado de Alagoas e sua importante função social no combate à violência no ambiente escolar. Contudo, alguns artigos mostram pouca efetividade das ações implementadas diante da redução dos recursos de efetivos, diminuindo a eficiência de atendimentos das escolas, além da ausência de projetos dentro das escolas voltados a discussão de temas mais polêmicos e falta de medidas para pacificar a violência

pela comunidade escolar, o que pode resultar no agravamento da violência social, repercutindo entre a família e aumento da criminalidade.

Apesar das dificuldades relacionadas à Ronda Escolar, como a falta de políticas públicas e de segurança, falta de logística, descontinuidade de políticas governamentais, tem sido a ação pública mais efetiva e constante elaborada com o objetivo garantidor de segurança e proteção para o prosseguimento da atuação no âmbito escolar.

São expostos, também, fatores significativos referentes à qualidade do atendimento, subutilização de força preventiva e o alcance dentro das escolas, parceria e ressignificação conjecturado no policiamento comunitário, como alternativa de combate à criminalidade e violência no Brasil.

Todavia com os avanços no processo de democratização, analisa-se que as políticas de segurança pública ainda são ineficazes e fracassam na assistência às demandas da segurança pública, cuja consequências da violência alcançam letalmente a juventude, ensejando políticas voltadas à segurança dos jovens brasileiros também nas instituições de ensino.

Partindo de um aparato histórico, no período ditatorial há um resquício constante da atuação repressiva da Polícia e de alguns agentes, prevista em suas atribuições legais quando acontece algum agravamento de crimes ou violência. Além disso, outro obstáculo relaciona-se à análise da sociedade e de autoridades sobre a segurança pública que é um problema exclusivo das polícias.

O Ronda Escolar, também, tem fomentado um trabalho direcionado à criança e ao adolescente, aplicado principalmente por agentes de segurança pública habilitados e treinado a cumprir fielmente o currículo do programa. O serviço tem auxiliado na conscientização dos jovens sobre a importância de identificar prejuízos e mazelas que a violência, drogas e outros temas sociais podem oferecer a eles e às suas famílias e o quão importante é distinguir as amizades ruins que possam influenciar para o caminho do crime.

Baseado nas perguntas respondidas pelos instrutores e agentes da guarda municipal, nesta pesquisa realizada em Delmiro Gouveia/AL, os entrevistados consideraram que o programa melhorou muito o comportamento dos alunos com 25%,

seguido de 21% ter diminuído as ocorrências relacionadas ao consumo de drogas quando foram questionados sobre as mudanças vistas com a Ronda Escolar nas instituições de ensino de Delmiro Gouveia.

Ademais, sobre a satisfação da atuação da RE nas escolas, obteve-se 70% de, sim, estarem satisfeitos. Contudo, houve um percentual considerável de 50% sobre os principais problemas visualizados pelos professores e agentes ainda não resolvidos serem os furtos e as brigas.

Sugere-se, também, em outro estudo a análise sobre a visão dos alunos do ensino médio, por exemplo, com o programa. Avaliar os alunos da Ronda Escolar, após a conclusão do curso. Seria importante para transmitir aos novos alunos experiências entre eles e poderem, posteriormente, auxiliar aquele que tiver problemas junto a um apoio psicológico a reformar seus conceitos e a transformar sua vida. Aumentar a carga horária dos cursos ministrados pela Ronda seria interessante, pois aumentará a frequência desses encontros possibilitando uma maior interação entre alunos e instrutores, motivando-os a serem cidadãos de bem e a cooperarem com a sociedade e suas famílias.

Logo, o programa tem superado algumas barreiras como a desinformação, o isolamento e as afrontas acerca da atuação repressiva e descomprometida do contexto social e escolar. As evoluções, apesar de serem discretos e de efeitos a longo prazo, tem favorecido o acesso à informação e a compreensão das atividades preventivas e protetivas da Ronda pela população escolar, vencendo as resistências e aumentando a demanda pela atuação e permanência de mais agentes nas unidades escolares.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M., RUA, M. das G. **Violências nas escolas**. UNESCO, Brasil, REDE PITÁGORAS, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME. Brasília, 2003.

ABRAMOVAY, Miriam (Coord.); CASTRO, Mary Garcia; WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Juventudes na escola, sentidos e buscas: por que frequentam?** Brasília/DF: Flacso-Brasil, OEI, MEC, 2015.

ALEIXO, Josinaldo. **A vida na presença da violência. Democracia Viva**. São Paulo, n. 31, abr./jun 2006.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Cidadania: do direito aos direitos humanos**. São Paulo: Acadêmica, 1993.

BALESTRELI, Ricardo Brisola. **Direitos Humanos: Coisa de Polícia**. Passo Fundo-RS, CAPEC, Paster Editora, 1998.

BARBOZA, E. S. S.; ALEXANDRE, I. J. **Programa educacional de resistência às drogas e à violência na escola: percepções dos professores e instrutor do programa**. *Revista Eventos Pedagógicos*, v. 4, n.1, p. 80 - 89, mar/jul, 2013.

BATISTA, Nildo. **Enfrentamento da criminalidade nas escolas e entre jovens e crianças: considerações sobre a aplicação do Programa Educacional de Resistência às Drogas em escolas públicas de uma região de Belo Horizonte, Minas Gerais**. 2009. 54 f. Monografia – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública/CRISP, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universalidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Cidadania e Direitos Humanos**. Disponível<[HTTP://WWWiea.usp.br/textos/benevidescidadaniaedireitoshumanos.pdf](http://www.wiea.usp.br/textos/benevidescidadaniaedireitoshumanos.pdf)> Acesso em: 8 dezembro de 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL "Onde estão regulamentadas as atividades do PROERD em nível de Brasil?". Regulamentação do Proerd no Brasil. Disponível em: <http://www.proerd.go.gov.br/post/ver/165086/regulamentacao-do-proerd-em-nivel-de-brasil.htm>. 2014. Acessado em 27/10/2018.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 06/11/2018.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária**. Brasília: Ministério da Justiça, 2007

BRASIL. **Lei nº. 11.343/2006.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2006/Lei/L11343.htm%20em%2007/09/2010>. Acesso em: 07/11/2018.

BRASIL. **PEC da juventude,** 2010. Disponível em:<<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/88335>> Acesso em: 06/11/2018.

BRASIL. **Projeto de Lei de nº. 4.530/2004** - Plano Nacional de Juventude. Disponível em:<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=271233>>. Acesso em: 06/11/2018.

CARVALHO, Ana Amélia Xavier de. **Ronda Escolar para além-muros: Percepções, práticas, possibilidades e ressignificação.** Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração – Pós-Graduação em desenvolvimento e Gestão Social. Salvador, 2016.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. **Política de segurança Pública no Brasil: avanços, limites e desafios.** *Revista Katálysis*, Florianópolis, v.14, n. 1, p. 59-67, jan/jun. 2011.

CHARLOT, Bernard. **Violência na Escola: Como sociólogos franceses abordam essa questão.** *Interface*, Porto Alegre, V. 8, N 4. Jul/Dez/2002.

COSTA, Cristina. **Sociologia: Introdução à ciência da sociedade.** 2ª ed. - São Paulo: Moderna, 1997.

DIAS, Adriana. **Educação e Prevenção: a questão drogas nas escolas.** Disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/educacao-prevencao-questao-drogas-nas-escolas.htm>, 2013. Acesso em 10/12/2018.

FERRO, Ana Luiza Almeida. Sutherland – **“A Teoria da Associação Diferencial e o crime de colarinho branco”** - De jure: revista jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 11, 2008. Disponível em:<http://bdjur.stj.jus.br/xmlui/bitstream/handle/2011/28347/sutherland_teorija_associao_diferencial.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19/11/2018.

FREIRE, M. D. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos dias atuais. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, ano 3, edição 5, p. 110-114, ago./set. 2009.

MURAD, José Elias. **Drogas: o que é preciso saber?** Programa nacional Biblioteca do Professor, MEC – FAE. 5ª ed. Belo Horizonte – MG: Lê. 1994.

NETO, José Bispo de Moraes. **Ronda Escolar nas Escolas Públicas de Fortaleza: Uma análise do programa ROPE, o caso da escola municipal de ensino fundamental José Ayrton Teixeira.** Monografia para Especialização em Policiamento Comunitário – Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza/CE. Jan. 2010.

OLIVEIRA, Najara Santos de. **A PMBA e o enfrentamento às violências: Um estudo de caso participante sobre a dinâmica de qualificação dos policiais para atuação em ambiente escolar.** Dissertação para Mestrado. Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Salvador. 2016.

OLIVEIRA, Windson Jeferson Mendes de. **A policialização da violência em meio escolar.** 2008. 244 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ORZIL, Camila de Lima. **A percepção dos agentes e alunos do Proerd sobre o programa.** Universidade Federal de Minas Gerais. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado ao Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2010.

PARÁISO, Antonio Jorge de Oliveira; SANTO, Telmo Carvalho do Espírito. Currículo nº 003/2015: **Curso de Policiamento Comunitário Escolar.** Salvador: Operação Ronda Escolar, 2015.

RATEKE, Deise. **A escola pública e o PROERD: Tramas do agir policial na prevenção às drogas e às violências.** Centro de Ciências da Educação – CED. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, abril, 2016.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SHAMBLÉN, S. R.; COURSER, M. W.; ABADI, M. H.; JOHNSON, K. W.; YOUNG, L.; BROWNE, T. J. **An international evaluation of DARE in São Paulo, Brazil. Drugs: Education, Prevention and Policy**, v. 21, n. 2, p. 110–119, 2014.

SILVA, Antônio Vital da; SEIXAS, Wilson Bastos. **Polícia Militar da Bahia:** Construção e Desconstrução. Salvador: Simões Filho, 2014. 368 p

SILVA, André Ricardo Guimarães da. **Uma análise da Portaria 106-CG/12 e do policiamento comunitário desenvolvido nas bases comunitárias instaladas no Nordeste de Amaralina, em confronto com os critérios identificadores do Sistema Koban.** 2014. 109 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SOLDERA, Meire et al. **“Uso de drogas psicotrópicas por estudantes: prevalência e fatores sociais associados.”** Revista de saúde pública. Vol. 38 nº2, São Paulo, Abr. 2004. Disponível em: <https://scielosp.org/scielo.php?pid=S0034-89102004000200018&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 15/08/2018.

TEIXEIRA, Paulo Augusto Souza. **Os Conselhos e Cafés Comunitários de Segurança Pública/RJ no Contexto Democrático.** VI RAM - Reunião de Antropologia do Mercosul, Montevideo, nov.2005, p. 5.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento Comunitário: como começar.** Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

ANEXO

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA RONDA ESCOLAR

1. VOCÊ CONCORDA COM A REALIZAÇÃO DO PROJETO DESENVOLVIDO PELA RONDA ESCOLAR EM SALA DE AULA FAZENDO PALESTRAS EDUCATIVAS?

a. Sim. Por que?

Porque leva mais segurança para a escola, como também ajuda a estabelecer uma relação mais amistosa entre os estudantes, e também entre estudantes e professores. Percebemos ainda que através da realização deste projeto houve uma melhora em relação à disciplina dos alunos.

b. Não. Por que?

2. DEPOIS DO INÍCIO DA ATUAÇÃO DA RONDA ESCOLAR HOVE ALGUMA MUDANÇA NA ESCOLA PARA QUE ELA FICASSE MAIS SEGURA?

a. Sim. Por que?

Sabemos que organizar e manter a ordem e disciplina em uma instituição de ensino não é uma tarefa fácil. Nós deparamos com diversos problemas, dentre eles podemos mencionar pessoas que tentam se aproximar dos estudantes para traficar. Diante dessa problemática, podemos dizer que depois

b. Não. Por que?

da atuação da Ronda Escolar percebemos a inibição da presença de pessoas que vendiam drogas.

3. SE HOVE MUDANÇAS, DE QUE TIPOS FORAM ELAS? EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA OU PRIORIDADE.

- a. Melhorou o comportamento dos alunos
- b. Diminuiu as ocorrências relacionados ao consumo de drogas
- c. Diminuiu os problemas nas entradas e saídas das aulas
- d. Diminuiu os atos infracionais (crimes) na escola
- e. Os alunos estão sendo responsabilizados pelos atos praticados na escola
- f. Outras:

4. VOCÊ ACHA QUE AS AÇÕES DA RONDA ESCOLAR SÃO REALMENTE PREVENTIVA E EDUCATIVA?

a. Sim

b. Não

Porque a medida que ensinamos nossos alunos que eles tem direitos, mas também obrigações estamos

educando de forma preventiva.

7. VOCÊ ACHA QUE A RONDA ESCOLAR DEVE CONTINUAR DESENVOLVENDO AS ATIVIDADES ATÉ ENTÃO REALIZADAS? QUE OUTRAS AÇÕES A RONDA ESCOLAR PODERIA REALIZAR NA ESCOLA?

a. Sim

b. Não

Por quê?

Além das palestras que são ministradas continuar se fazendo sempre presente nas instituições de ensino por meio de rondas periódicas, para que assim, os alunos vejam a atuação desses agentes não apenas em palestras, mas também em sua atuação diária.

8. VOCÊ ESTÁ SATISFEITO COM A ATUAÇÃO DA RONDA ESCOLAR EM SUA ESCOLA?

a. Sim

b. Não

c. Em parte

d. Não sabe responder

9. EM SUA OPINIÃO, QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DE SEGURANÇA DA ESCOLA, QUE A PATRULHA ESCOLAR AINDA NÃO RESOLVEU?

a. Roubo

b. Furto

c. Brigas

ANEXO

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA RONDA ESCOLAR

1. VOCÊ CONCORDA COM A REALIZAÇÃO DO PROJETO DESENVOLVIDO PELA RONDA ESCOLAR EM SALA DE AULA FAZENDO PALESTRAS EDUCATIVAS?

a. Sim. Por que?

Porque podemos conhecer de perto cada docente e se aproximar dos mesmos, fazendo assim parte do seu convívio estudantil, podendo orientar e influenciar positivamente a cada um.

b. () Não. Por que?

2. DEPOIS DO INÍCIO DA ATUAÇÃO DA RONDA ESCOLAR HOUVE ALGUMA MUDANÇA NA ESCOLA PARA QUE ELA FICASSE MAIS SEGURA?

a. Sim. Por que?

A presença do órgão de segurança municipal faz inibir e muito a prática de atos de vandalismo, vemos também a melhora na relação (Guarda e Estudante) já que antes os estudantes se mostravam hostil, hoje a relação é de respeito muito.

b. () Não. Por que?

3. SE HOUVE MUDANÇAS, DE QUE TIPOS FORAM ELAS? EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA OU PRIORIDADE.

- a. Melhorou o comportamento dos alunos
- b. () Diminuiu as ocorrências relacionados ao consumo de drogas
- c. Diminuiu os problemas nas entradas e saídas das aulas
- d. Diminuiu os atos infracionais (crimes) na escola
- e. Os alunos estão sendo responsabilizados pelos atos praticados na escola
- f. () Outras:

4. VOCÊ ACHA QUE AS AÇÕES DA RONDA ESCOLAR SÃO REALMENTE PREVENTIVA E EDUCATIVA?

a. Sim

b. () Não

Sem dúvida! A maneira como cada docente se porta após o desenvolvimento desse projeto,

é a prova de excelente resultado de mesmo.

5. VOCÊ ACHA QUE A RONDA ESCOLAR DEVE CONTINUAR DESENVOLVENDO AS ATIVIDADES ATÉ ENTÃO REALIZADAS? QUE OUTRAS AÇÕES A RONDA ESCOLAR PODERIA REALIZAR NA ESCOLA?

- a. Sim
b. Não

Por quê?

O trabalho já desenvolvido pela Ronda Escolar foi de uma importância. Cabe agora, ampliar esse projeto para ainda mais alunos.

6. VOCÊ ESTÁ SATISFEITO COM A ATUAÇÃO DA RONDA ESCOLAR EM SUA ESCOLA?

- a. Sim
b. Não
c. Em parte
d. Não sabe responder

7. EM SUA OPINIÃO, QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DE SEGURANÇA DA ESCOLA, QUE A PATRULHA ESCOLAR AINDA NÃO RESOLVEU?

- a. Roubo
b. Furto
c. Brigas

ANEXO

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA RONDA ESCOLAR

1. VOCÊ CONCORDA COM A REALIZAÇÃO DO PROJETO DESENVOLVIDO PELA RONDA ESCOLAR EM SALA DE AULA FAZENDO PALESTRAS EDUCATIVAS?

a. Sim. Por que?

Se for necessário, principalmente com a finalidade, educar e melhorar atitudes corretas a serem tomadas de forma que possam se tornar cidadãos melhores.

b. Não. Por que?

2. DEPOIS DO INÍCIO DA ATUAÇÃO DA RONDA ESCOLAR HOUVE ALGUMA MUDANÇA NA ESCOLA PARA QUE ELA FICASSE MAIS SEGURA?

a. Sim. Por que?

Principalmente para os profissionais da saúde e funcionários, podendo assim exercer suas funções se sentindo mais seguros.

b. Não. Por que?

3. SE HOUVE MUDANÇAS, DE QUE TIPOS FORAM ELAS? EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA OU PRIORIDADE.

- a. Melhorou o comportamento dos alunos
- b. Diminuiu as ocorrências relacionados ao consumo de drogas
- c. Diminuiu os problemas nas entradas e saídas das aulas
- d. Diminuiu os atos infracionais (crimes) na escola
- e. Os alunos estão sendo responsabilizados pelos atos praticados na escola
- f. Outras:

4. VOCÊ ACHA QUE AS AÇÕES DA RONDA ESCOLAR SÃO REALMENTE PREVENTIVA E EDUCATIVA?

a. Sim

b. Não

É de grande importância esse trabalho que vem sendo realizado e vai começar na

formação dos alunos.

5. VOCÊ ACHA QUE A RONDA ESCOLAR DEVE CONTINUAR DESENVOLVENDO AS ATIVIDADES ATÉ ENTÃO REALIZADAS? QUE OUTRAS AÇÕES A RONDA ESCOLAR PODERIA REALIZAR NA ESCOLA?

a. Sim

b. Não

Por quê?

6. VOCÊ ESTÁ SATISFEITO COM A ATUAÇÃO DA RONDA ESCOLAR EM SUA ESCOLA?

a. Sim

b. Não

c. Em parte

d. Não sabe responder

7. EM SUA OPINIÃO, QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DE SEGURANÇA DA ESCOLA, QUE A PATRULHA ESCOLAR AINDA NÃO RESOLVEU?

a. Roubo

b. Furto

c. Brigas

ANEXO

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA RONDA ESCOLAR

1. VOCÊ CONCORDA COM A REALIZAÇÃO DO PROJETO DESENVOLVIDO PELA RONDA ESCOLAR EM SALA DE AULA FAZENDO PALESTRAS EDUCATIVAS?

a. Sim. Por que?

Sim. Porque é um novo método de trabalho realizado de maneira educativa e preventiva

b. Não. Por que?

2. DEPOIS DO INÍCIO DA ATUAÇÃO DA RONDA ESCOLAR HOUVE ALGUMA MUDANÇA NA ESCOLA PARA QUE ELA FICASSE MAIS SEGURA?

a. Sim. Por que?

Sim, pois a presença da Ronda Escolar de maneira extensiva fez diminuir a violência e com as palestras realizadas pelos agentes esclarecem educativamente aos alunos a origem dos meios e os fins, a fim de evitar tais práticas.

b. Não. Por que?

3. SE HOUVE MUDANÇAS, DE QUE TIPOS FORAM ELAS? EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA OU PRIORIDADE.

- a. Melhorou o comportamento dos alunos
- b. Diminuiu as ocorrências relacionados ao consumo de drogas
- c. Diminuiu os problemas nas entradas e saídas das aulas
- d. Diminuiu os atos infracionais (crimes) na escola
- e. Os alunos estão sendo responsabilizados pelos atos praticados na escola
- f. Outras:

4. VOCÊ ACHA QUE AS AÇÕES DA RONDA ESCOLAR SÃO REALMENTE PREVENTIVA E EDUCATIVA?

a. Sim

b. Não

Sim, porque a Ronda Escolar, orienta, educa, informa, fiscaliza, e abre espaço

de maneira diferenciada, trazendo o con
tato da escola (alunos e comunidade) com
a segurança que se publica, juntamente
com os agentes envolvidos.

5. VOCÊ ACHA QUE A RONDA ESCOLAR DEVE CONTINUAR DESENVOLVENDO AS ATIVIDADES ATÉ ENTÃO REALIZADAS? QUE OUTRAS AÇÕES A RONDA ESCOLAR PODERIA REALIZAR NA ESCOLA?

a. Sim

b. Não

Por quê?

Sim, o projeto poderia receber mais apoios,
para ampliar ainda mais o atendimento
as demais escolas e ao município como
todo, tendo em vista que o projeto é de grande
importância já que realiza através dos quadros
municipais as palestras, orientações, informações, etc.

6. VOCÊ ESTÁ SATISFEITO COM A ATUAÇÃO DA RONDA ESCOLAR EM SUA ESCOLA?

a. Sim

b. Não

c. Em parte

d. Não sabe responder

7. EM SUA OPINIÃO, QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DE SEGURANÇA DA ESCOLA, QUE A PATRULHA ESCOLAR AINDA NÃO RESOLVEU?

a. Roubo

b. Furto

c. Brigas

ANEXO

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA RONDA ESCOLAR

1. VOCÊ CONCORDA COM A REALIZAÇÃO DO PROJETO DESENVOLVIDO PELA RONDA ESCOLAR EM SALA DE AULA FAZENDO PALESTRAS EDUCATIVAS?

a. Sim. Por que?

Para que os alunos tenham conhecimento das consequências do uso de drogas, tanto para ele como para sua família.

b. Não. Por que?

2. DEPOIS DO INÍCIO DA ATUAÇÃO DA RONDA ESCOLAR HOUVE ALGUMA MUDANÇA NA ESCOLA PARA QUE ELA FICASSE MAIS SEGURA?

a. Sim. Por que?

Apesar de ser uma pequena mudança, nota-se que os alunos estão mais preocupados com a questão das drogas na escola.

b. Não. Por que?

3. SE HOUVE MUDANÇAS, DE QUE TIPOS FORAM ELAS? EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA OU PRIORIDADE.

- a. (2) Melhorou o comportamento dos alunos
- b. (1) Diminuiu as ocorrências relacionadas ao consumo de drogas
- c. (4) Diminuiu os problemas nas entradas e saídas das aulas
- d. (5) Diminuiu os atos infracionais (crimes) na escola
- e. (3) Os alunos estão sendo responsabilizados pelos atos praticados na escola
- f. Outras:

4. VOCÊ ACHA QUE AS AÇÕES DA RONDA ESCOLAR SÃO REALMENTE PREVENTIVA E EDUCATIVA?

- a. Sim
- b. Não

Por esclarecer aos alunos os mitos que eles estão correndo e os pro-

planas que a família dele se envolve.

7. VOCÊ ACHA QUE A RONDA ESCOLAR DEVE CONTINUAR DESENVOLVENDO AS ATIVIDADES ATÉ ENTÃO REALIZADAS? QUE OUTRAS AÇÕES A RONDA ESCOLAR PODERIA REALIZAR NA ESCOLA?

- a. Sim
b. Não

Por quê?

Deve aprimorar as ações que já estão sendo feitas para vermos os resultados ao ar livre depois passarmos para outras ações

8. VOCÊ ESTÁ SATISFEITO COM A ATUAÇÃO DA RONDA ESCOLAR EM SUA ESCOLA?

- a. Sim
b. Não
c. Em parte
d. Não sabe responder

9. EM SUA OPINIÃO, QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DE SEGURANÇA DA ESCOLA, QUE A PATRULHA ESCOLAR AINDA NÃO RESOLVEU?

- a. Roubo
b. Furto
c. Brigas

ANEXO

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA RONDA ESCOLAR

1. VOCÊ CONCORDA COM A REALIZAÇÃO DO PROJETO DESENVOLVIDO PELA RONDA ESCOLAR EM SALA DE AULA FAZENDO PALESTRAS EDUCATIVAS?

a. Sim. Por que?

Porque educação é feita por todos os órgãos públicos.

A RONDA ESCOLAR ajuda a complementar as matérias que não são dadas pelos professores.

b. Não. Por que?

2. DEPOIS DO INÍCIO DA ATUAÇÃO DA RONDA ESCOLAR HOUVE ALGUMA MUDANÇA NA ESCOLA PARA QUE ELA FICASSE MAIS SEGURA?

a. Sim. Por que?

Porque os alunos ganham mais consciência sobre segurança.

b. Não. Por que?

3. SE HOUVE MUDANÇAS, DE QUE TIPOS FORAM ELAS? EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA OU PRIORIDADE.

- a. Melhorou o comportamento dos alunos
- b. Diminuiu as ocorrências relacionados ao consumo de drogas
- c. Diminuiu os problemas nas entradas e saídas das aulas
- d. Diminuiu os atos infracionais (crimes) na escola
- e. Os alunos estão sendo responsabilizados pelos atos praticados na escola
- f. Outras:

4. VOCÊ ACHA QUE AS AÇÕES DA RONDA ESCOLAR SÃO REALMENTE PREVENTIVA E EDUCATIVA?

- a. Sim
- b. Não

7. VOCÊ ACHA QUE A RONDA ESCOLAR DEVE CONTINUAR DESENVOLVENDO AS ATIVIDADES ATÉ ENTÃO REALIZADAS? QUE OUTRAS AÇÕES A RONDA ESCOLAR PODERIA REALIZAR NA ESCOLA?

- a. Sim
b. Não

Por quê?

Projetos de Meio Ambiente

Junto c/ a SECRETARIA M.AMB.

(reciclagem, plantações etc)

8. VOCÊ ESTÁ SATISFEITO COM A ATUAÇÃO DA RONDA ESCOLAR EM SUA ESCOLA?

- a. Sim
b. Não
c. Em parte
d. Não sabe responder

9. EM SUA OPINIÃO, QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DE SEGURANÇA DA ESCOLA, QUE A PATRULHA ESCOLAR AINDA NÃO RESOLVEU?

- a. Roubo
b. Furto
c. Brigas

ANEXO

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA RONDA ESCOLAR

1. VOCÊ CONCORDA COM A REALIZAÇÃO DO PROJETO DESENVOLVIDO PELA RONDA ESCOLAR EM SALA DE AULA FAZENDO PALESTRAS EDUCATIVAS?

a. Sim. Por que?

Por que com as palestras eles se tornam mais consciente do que a ronda escolar pode trazer de benefícios para eles (estudantes) e a comunidade.

b. Não. Por que?

2. DEPOIS DO INÍCIO DA ATUAÇÃO DA RONDA ESCOLAR HOUVE ALGUMA MUDANÇA NA ESCOLA PARA QUE ELA FICASSE MAIS SEGURA?

a. Sim. Por que?

Agindo para minimizar os até mesmo evitar a violência trazendo assim tranquilidade para os pais e comunidade.

b. Não. Por que?

3. SE HOUVE MUDANÇAS, DE QUE TIPOS FORAM ELAS? EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA OU PRIORIDADE.

- a. Melhorou o comportamento dos alunos
 b. Diminuiu as ocorrências relacionados ao consumo de drogas
 c. Diminuiu os problemas nas entradas e saídas das aulas
 d. Diminuiu os atos infracionais (crimes) na escola
 e. Os alunos estão sendo responsabilizados pelos atos praticados na escola
 f. Outras:

4. VOCÊ ACHA QUE AS AÇÕES DA RONDA ESCOLAR SÃO REALMENTE PREVENTIVA E EDUCATIVA?

- a. Sim
 b. Não

Porque ela atua evitando a criminalidade escola. E tornando os jovens consciente no que faz.

ANEXO

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA RONDA ESCOLAR

1. VOCÊ CONCORDA COM A REALIZAÇÃO DO PROJETO DESENVOLVIDO PELA RONDA ESCOLAR EM SALA DE AULA FAZENDO PALESTRAS EDUCATIVAS?

a. Sim. Por que?

Esta é uma alternativa para conscientizar os alunos

b. Não. Por que?

2. DEPOIS DO INÍCIO DA ATUAÇÃO DA RONDA ESCOLAR HOUVE ALGUMA MUDANÇA NA ESCOLA PARA QUE ELA FICASSE MAIS SEGURA?

a. Sim. Por que?

Isto causou insegurança aos alunos que desejam realizar praticas erradas, permitindo assim menores índices de intolerância.

b. Não. Por que?

3. SE HOUVE MUDANÇAS, DE QUE TIPOS FORAM ELAS? EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA OU PRIORIDADE.

- a. Melhorou o comportamento dos alunos
 b. Diminuiu as ocorrências relacionados ao consumo de drogas
 c. Diminuiu os problemas nas entradas e saídas das aulas
 d. Diminuiu os atos infracionais (crimes) na escola
 e. Os alunos estão sendo responsabilizados pelos atos praticados na escola
 f. Outras:

4. VOCÊ ACHA QUE AS AÇÕES DA RONDA ESCOLAR SÃO REALMENTE PREVENTIVA E EDUCATIVA?

a. Sim

b. Não

a partir do momento em que os alunos estão adquirindo conhecimento acerca de um determinado assunto os fazem refletirem, e assim são educados para prevenção de atos errados.

7. VOCÊ ACHA QUE A RONDA ESCOLAR DEVE CONTINUAR DESENVOLVENDO AS ATIVIDADES ATÉ ENTÃO REALIZADAS? QUE OUTRAS AÇÕES A RONDA ESCOLAR PODERIA REALIZAR NA ESCOLA?

a. Sim

b. Não

Por quê?

- Se a mesma atua para prevenir e educar deve sim permanecer, pois os alunos devem estar informados de atitudes que dizem respeito a sua conduta dentro e fora da escola.
- Outra ação que deveria acontecer é a ação dos estudantes: um trabalho atípico por parte dos alunos para que a comunidade tivesse conhecimento.

8. VOCÊ ESTÁ SATISFEITO COM A ATUAÇÃO DA RONDA ESCOLAR EM SUA ESCOLA?

a. Sim

b. Não

c. Em parte

d. Não sabe responder

9. EM SUA OPINIÃO, QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DE SEGURANÇA DA ESCOLA, QUE A PATRULHA ESCOLAR AINDA NÃO RESOLVEU?

a. Roubo

b. Furto

c. Brigas

ANEXO

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA RONDA ESCOLAR

1. VOCÊ CONCORDA COM A REALIZAÇÃO DO PROJETO DESENVOLVIDO PELA RONDA ESCOLAR EM SALA DE AULA FAZENDO PALESTRAS EDUCATIVAS?

a. Sim. Por que?

Esse projeto é de suma importância para os estudantes do sistema educacional brasileiro, e as palestras educativas e sua intencionalidade vem desenvolvendo um saber educativo e preventivo, na formação desses estudantes para atuarem numa sociedade em constante transformação.

b. Não. Por que?

2. DEPOIS DO INÍCIO DA ATUAÇÃO DA RONDA ESCOLAR HOUVE ALGUMA MUDANÇA NA ESCOLA PARA QUE ELA FICASSE MAIS SEGURA?

a. Sim. Por que?

esses receptores conscientes dos seus deveres mediante a sociedade e o sistema educacional, que a Ronda escolar forma esses saberes em suas palestras, e sem dúvida que a escola tenha um melhoramento em sua segurança.

b. Não. Por que?

3. SE HOUVE MUDANÇAS, DE QUE TIPOS FORAM ELAS? EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA OU PRIORIDADE.

- a. Melhorou o comportamento dos alunos
- b. Diminuiu as ocorrências relacionados ao consumo de drogas
- c. Diminuiu os problemas nas entradas e saídas das aulas
- d. Diminuiu os atos infracionais (crimes) na escola
- e. Os alunos estão sendo responsabilizados pelos atos praticados na escola
- f. Outras:

4. VOCÊ ACHA QUE AS AÇÕES DA RONDA ESCOLAR SÃO REALMENTE PREVENTIVA E EDUCATIVA?

a. Sim

b. Não

Quando há uma atuação da Ronda Escolar nas escolas, há uma mudança significativa na rotina da escola.

e nas práticas dos estudantes. Como o corpo educativo é formado pelos estudantes e que contabiliza a maior parte, então a transformação para uma escola mais segura tem que começar pelo corpo docente, docentes em uma educação pré-existente, torna uma escola mais segura, e a Ronda Escolar atua nessa formação

5. VOCÊ ACHA QUE A RONDA ESCOLAR DEVE CONTINUAR DESENVOLVENDO AS ATIVIDADES ATÉ ENTÃO REALIZADAS? QUE OUTRAS AÇÕES A RONDA ESCOLAR PODERIA REALIZAR NA ESCOLA?

a. Sim

b. Não

Por quê?

A Ronda Escolar tem um papel importantíssimo no sistema educacional brasileiro, porém há uma falha na minha opinião, esse projeto deveria ser intensificado nas escolas e deveria ser mais valorizado esse trabalho da Ronda Escolar pelo nosso governantes. Se não há intensidade é por falta de apoio do gestor municipal.

6. VOCÊ ESTÁ SATISFEITO COM A ATUAÇÃO DA RONDA ESCOLAR EM SUA ESCOLA?

a. Sim

b. Não

c. Em parte

d. Não sabe responder

7. EM SUA OPINIÃO, QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DE SEGURANÇA DA ESCOLA, QUE A PATRULHA ESCOLAR AINDA NÃO RESOLVEU?

a. Roubo

b. Furto

c. Brigas

ANEXO

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA RONDA ESCOLAR

1. VOCÊ CONCORDA COM A REALIZAÇÃO DO PROJETO DESENVOLVIDO PELA RONDA ESCOLAR EM SALA DE AULA FAZENDO PALESTRAS EDUCATIVAS?

a. Sim. Por que?

Porque a Ronda Escola tem uma papel socioeducativa e preventiva, funcionando como instrumento de prevenção as drogas e a violencia dentro da escola

b. Não. Por que?

2. DEPOIS DO INÍCIO DA ATUAÇÃO DA RONDA ESCOLAR HOVE ALGUMA MUDANÇA NA ESCOLA PARA QUE ELA FICASSE MAIS SEGURA?

a. Sim. Por que?

Houve mudança de comportamento e diminuição de atos de violencias, tendo em vista o caracter mediador da R.E.

b. Não. Por que?

3. SE HOVE MUDANÇAS, DE QUE TIPOS FORAM ELAS? EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA OU PRIORIDADE.

- 1º a. Melhorou o comportamento dos alunos
2º b. Diminuiu as ocorrências relacionados ao consumo de drogas
3º c. Diminuiu os problemas nas entradas e saídas das aulas
4º d. Diminuiu os atos infracionais (crimes) na escola
5º e. Os alunos estão sendo responsabilizados pelos atos praticados na escola
f. Outras:

4. VOCÊ ACHA QUE AS AÇÕES DA RONDA ESCOLAR SÃO REALMENTE PREVENTIVA E EDUCATIVA?

a. Sim

b. Não

A Ronda surgiu exatamente como um instrumento de complementação pedagogica e preventiva

7. VOCÊ ACHA QUE A RONDA ESCOLAR DEVE CONTINUAR DESENVOLVENDO AS ATIVIDADES ATÉ ENTÃO REALIZADAS? QUE OUTRAS AÇÕES A RONDA ESCOLAR PODERIA REALIZAR NA ESCOLA?

a. Sim

b. Não

Por quê?

SÃO MUITAS AS ATIVIDADES EXTRA-EDUCACIONAIS QUE A RONDA ESCOLAR PODE INSERIR NAS SUAS AÇÕES. ENTRE ELAS, ESPORTIVAS, CAPELANIA, ESCOLTEIRISMO E PROMOÇÃO À SAÚDE

8. VOCÊ ESTÁ SATISFEITO COM A ATUAÇÃO DA RONDA ESCOLAR EM SUA ESCOLA?

a. Sim

b. Não

c. Em parte

d. Não sabe responder

9. EM SUA OPINIÃO, QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DE SEGURANÇA DA ESCOLA, QUE A PATRULHA ESCOLAR AINDA NÃO RESOLVEU?

a. Roubo

b. Furto

c. Brigas

ANEXO

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA RONDA ESCOLAR

1. VOCÊ CONCORDA COM A REALIZAÇÃO DO PROJETO DESENVOLVIDO PELA RONDA ESCOLAR EM SALA DE AULA FAZENDO PALESTRAS EDUCATIVAS?

a. Sim. Por que?

As palestras visam preparar a ronda escolar a atuar nas escolas como mediadores trazendo assim os alunos para realidades desconhecidas por eles. E leva a ronda escolar a trabalhar a partir de situações concretas.

b. Não. Por que?

2. DEPOIS DO INÍCIO DA ATUAÇÃO DA RONDA ESCOLAR HOUVE ALGUMA MUDANÇA NA ESCOLA PARA QUE ELA FICASSE MAIS SEGURA?

a. Sim. Por que?

Os alunos são incentivados a mudar os hábitos, em relação a violência, respeito, trânsito, etc...

b. Não. Por que?

3. SE HOUVE MUDANÇAS, DE QUE TIPOS FORAM ELAS? EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA OU PRIORIDADE.

a. Melhorou o comportamento dos alunos

b. Diminuiu as ocorrências relacionados ao consumo de drogas

c. Diminuiu os problemas nas entradas e saídas das aulas

d. Diminuiu os atos infracionais (crimes) na escola

e. Os alunos estão sendo responsabilizados pelos atos praticados na escola

f. Outras:

4. VOCÊ ACHA QUE AS AÇÕES DA RONDA ESCOLAR SÃO REALMENTE PREVENTIVA E EDUCATIVA?

a. Sim

b. Não

Porque contribui a realização de mudança entre os próprios alunos.

7. VOCÊ ACHA QUE A RONDA ESCOLAR DEVE CONTINUAR DESENVOLVENDO AS ATIVIDADES ATÉ ENTÃO REALIZADAS? QUE OUTRAS AÇÕES A RONDA ESCOLAR PODERIA REALIZAR NA ESCOLA?

a. Sim

b. Não

Por quê?

Projetos educativos, envolvendo escola e família.

8. VOCÊ ESTÁ SATISFEITO COM A ATUAÇÃO DA RONDA ESCOLAR EM SUA ESCOLA?

a. Sim

b. Não

c. Em parte

d. Não sabe responder

9. EM SUA OPINIÃO, QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DE SEGURANÇA DA ESCOLA, QUE A PATRULHA ESCOLAR AINDA NÃO RESOLVEU?

a. Roubo

b. Furto

c. Brigas

ANEXO I



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

REDE NACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

REDE EAD-SENASP

RELAÇÃO DE EMENTAS DE CURSOS



ABRIL DE 2017



4196041



08106.002735/2017-58



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

EMENTA

POLICIAMENTO COMUNITÁRIO ESCOLAR - VA

PCEVA

Informações gerais:	<p>Modalidade: Curso a distância</p> <p>Carga Horária: 60h/aula</p> <p>Área da Matriz Curricular Nacional: Área temática VIII – Funções, técnicas e procedimentos em segurança pública.</p>
Apresentação:	<p>Este curso tem por finalidade contribuir para que a promoção de uma cultura de segurança, bem-estar e paz, se constituam como uma estratégia prioritária nas escolas, por meio de ações inerentes ao policiamento comunitário escolar. Por isso, julgamos ser de extrema importância para a formação dos profissionais que atuam na área de segurança pública. Contém os procedimentos a serem adotados pelos principais órgãos governamentais que compõem o sistema de proteção das escolas, bem como a tipificação de crimes, contravenções e atos infracionais que possam ocorrer no ambiente escolar.</p>
Público de Interesse:	<p>O curso se destina a Policiais Federais, Rodoviários Federais, Civis, Militares, Perícia Técnica e Guardas Municipais.</p>
Requisitos:	<p>Este curso não exige que tenham sido realizados cursos anteriores na REDE EAD.</p>
Recomendações:	<p>Recomenda-se que você tenha disponibilidade de 5 a 7 horas por semana para a realização das atividades.</p>
Conteúdo Programático:	<p>Módulo 1 – O Ambiente escolar</p> <p>Módulo 2 - Características do policiamento nas escolas</p> <p>Módulo 3 - Composição e competências dos órgãos do sistema de segurança escolar</p> <p>Módulo 4 - Eventos que influenciam na segurança do ambiente escolar</p> <p>Módulo 5 - Atribuições das escolas e dos órgãos de segurança nas ações de enfrentamento da violência no ambiente escolar</p>
	<p>ABRAMOVAY, M. e RUA, M. das G. Violências nas escolas. Brasília: UNESCO, 2002.</p>

Referências
Bibliográficas:

BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos/ Presidência da República, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

GOMES, C. Dos Valores proclamados aos valores vividos. Brasília: UNESCO, 2001.

. DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Brasília: Subsecretaria de Educação Pública, 2006.